

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: --
Data: 05/08/2021	



Quinta, 05 de Agosto de 2021 - 09:40

Bahia reduz ICMS para provedores de internet; expectativa é ampliar serviços no estado



Os provedores de internet da Bahia serão beneficiados com redução de 50% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A decisão beneficia empresas de pequeno porte sediadas no estado.

Com a redução da alíquota para pequenos provedores, a expectativa é de ampliação dos serviços em todo território baiano. "É um passo importante para que a Bahia tenha acesso pleno às tecnologias relacionadas à internet em todo o seu território", avaliou a secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), Adélia Pinheiro.

A medida, que foi trabalhada em conjunto pela Secti, **Sefaz** e Casa Civil, fomentando um setor que gera cerca de 42 mil empregos diretos, estabelece a internet como um bem essencial, ao buscar prover a inclusão digital nos 417 municípios da Bahia.

A medida atende a um pleito do setor, explica o **secretário da Fazenda, Manoel Vitório**. Ele ressalta que, ao estimular empresas que atuam em todo o Estado, a redução do ICMS "certamente vai proporcionar novas oportunidades de negócios e, em consequência, de geração de emprego e renda para os baianos".

Veículo: Gov Bahia	
Data: 04/08/2021	



Presente do Dia dos Pais pode trazer sorte na Nota Premiada Bahia

4 agosto 2021

Os presentes de Dia dos Pais podem resultar em prêmios em dinheiro para os participantes da Nota Premiada Bahia. Os consumidores cadastrados no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br que inserirem o CPF na nota fiscal ao longo deste mês vão concorrer no sorteio mensal de setembro, que irá distribuir R\$ 1 milhão entre 91 contemplados, além de participar do próximo sorteio do milhão.

Para quem ainda não está inscrito, ainda dá tempo de participar. Para isso, é só fazer o cadastro uma única vez no site da campanha e pedir o CPF na nota na hora de comprar o presente paterno em estabelecimentos de toda a Bahia.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada. A partir do resultado da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

“O Dia dos Pais é uma data de bastante movimento no comércio baiano e esta é uma ótima oportunidade para quem ainda não participa da campanha fazer o cadastro e concorrer nos sorteios da Nota Premiada Bahia. Até mesmo na hora de comprar os ingredientes do almoço especial para os pais é possível concorrer, pois todas as compras feitas com a inclusão do CPF do participante em estabelecimentos baianos geram bilhetes para os sorteios”, destaca o coordenador da campanha, André Luiz Aguiar.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.770 pessoas, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

Outro bom motivo para inserir o CPF na nota fiscal é a possibilidade de ajudar entidades filantrópicas. Além de concorrer nos sorteios de prêmios em dinheiro, o participante da Nota Premiada Bahia ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 537. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Presente do Dia dos Pais pode trazer sorte na Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os presentes de Dia dos Pais podem resultar em prêmios em dinheiro para os participantes da **Nota Premiada Bahia**. Os consumidores cadastrados no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br que inserirem o CPF na nota fiscal ao longo deste mês vão concorrer no sorteio mensal de setembro, que irá distribuir R\$ 1 milhão entre 91 contemplados, além de participar do próximo sorteio do milhão.

Para quem ainda não está inscrito, ainda dá tempo de participar. Para isso, é só fazer o cadastro uma única vez no site da campanha e pedir o CPF na nota na hora de comprar o presente paterno em estabelecimentos de toda a Bahia.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada. A partir do resultado da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da

campanha.

'O Dia dos Pais é uma data de bastante movimento no comércio baiano e esta é uma ótima oportunidade para quem ainda não participa da campanha fazer o cadastro e concorrer nos sorteios da **Nota Premiada Bahia**. Até mesmo na hora de comprar os ingredientes do almoço especial para os pais é possível concorrer, pois todas as compras feitas com a inclusão do CPF do participante em estabelecimentos baianos geram bilhetes para os sorteios', destaca o coordenador da campanha, André Luiz Aguiar.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.770 pessoas, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

Outro bom motivo para inserir o CPF na nota fiscal é a possibilidade de ajudar entidades filantrópicas. Além de concorrer nos sorteios de prêmios em dinheiro, o participante da **Nota Premiada Bahia** ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 537. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show

Veículo: Gov Bahia	
Data: 04/08/2021	



'Preço da Hora Bahia' ajuda a economizar no Dia dos Pais

4 agosto 2021

Para quem ainda não decidiu qual presente comprar para o Dia dos Pais, uma boa dica é utilizar o aplicativo Preço da Hora Bahia para pesquisar produtos e encontrar os melhores preços de estabelecimentos de toda a Bahia sem sair de casa. Baseado nas notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), o app permite pesquisar sobre mais de 500 mil produtos, com as informações sobre preços, contatos das lojas e rotas para se chegar ao endereço desejado. Com mais de 430 mil downloads, o Preço da Hora Bahia está disponível na Apple Store, no Google Play Store e também pelo site www.precodahora.ba.gov.br.

A estudante Vitória Cerqueira aproveitou as funcionalidades do aplicativo para pesquisar as melhores promoções deste Dia dos Pais. “Estava na dúvida entre presentear meu pai com um sapato social ou com uma camisa, mas encontrei uma super promoção de calçados no Preço da Hora Bahia e já me decidi”, conta a estudante. “Para mim, que adoro economizar, o app ajuda muito e o melhor é que posso pesquisar em várias lojas sem precisar sair de casa”.

Na página inicial do aplicativo, é só digitar o produto desejado no campo de pesquisa para comparar os preços praticados para este item, ou realizar a pesquisa com o código de barras. O Usuário também pode ordenar a busca pelo menor ou maior preço, pela venda mais recente ou mais antiga, ou pelo estabelecimento mais próximo ou mais distante. Também é possível filtrar a pesquisa por distância da localização atual ou pelo tempo decorrido desde a última venda.

“Com o Preço da Hora Bahia, o usuário economiza tempo e dinheiro, e já sai de casa para fazer a compra mais barata”, ressalta o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o Preço da Hora Bahia traz uma série de outras funcionalidades. O aplicativo possui canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, a possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços dos produtos. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

A nova versão do aplicativo trouxe mais uma novidade. Agora é possível criar grupos com os estabelecimentos comerciais favoritos do usuário. Assim, é possível pesquisar os preços de produtos em locais já frequentados ou próximos de casa ou do trabalho, como mercados, postos de gasolina, farmácias, entre outros. O usuário pode ainda utilizar as suas listas de compras para serem processadas sempre nos estabelecimentos favoritos.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Nota Premiada Bahia alerta que não envia SMS e WhatsApp para sorteados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA), responsável pela **Nota Premiada Bahia**, fez um alerta nesta quinta-feira, 29, ao ressaltar que não envia nenhum tipo de mensagem via SMS, WhatsApp ou redes sociais para os participantes contemplados da campanha.

De acordo com a Secretaria, o contato com os sorteados é feito, exclusivamente, pelo e-mail ou por telefonema da equipe da Coordenação de Educação Fiscal da Sefaz-BA. Além disso, os contemplados recebem um aviso automático de premiação em sua conta no site.

Logo, em caso de receber alguma ligação, SMS ou mensagem, o cidadão não deve clicar em nenhum link e ainda em caso de dúvida, a autenticidade da informação pode ser confirmada com a coordenação da campanha, pelo telefone (71) 3115-2518. Os contemplados também devem verificar se os seus nomes constam na lista de

ganhadores, disponível no site, na opção 'Sorteios' - 'Relação de Ganhadores'.

'Os cidadãos devem confiar apenas nas informações divulgadas pelos canais oficiais da **Nota Premiada Bahia**. O contato com os participantes contemplados nos sorteios é feito apenas por ligação telefônica e e-mail oficial, confirmando o resultado publicado no site', explica o coordenador da campanha, André Luís Aguiar. (A tarde)

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 04/08/2021	Coluna: Economia



GOVERNO DA BAHIA COBRA PAGAMENTO INTEGRAL DOS R\$ 8,7 BILHÕES EM DÍVIDAS DA UNIÃO



4 Agosto, 2021

A União deve ao Estado da Bahia R\$ 8,7 bilhões em precatórios – dívida contraída após condenação em instância final pela justiça – referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Em maio deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o pagamento integral da dívida, com valores atualizados até novembro de 2020.

Para o governo da Bahia, se a União não cumprir a decisão da Corte, o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tentará “mais uma vez subtrair os direitos dos mais pobres”.

“Se o governo federal pensa em dar calote, que não o faça em cima de recursos destinados aos mais necessitados. Repudiamos mais este gesto do governo que demonstra reiteradamente a sua enorme insensibilidade com a nossa população”, cobra a gestão baiana.

Segundo o governo do Estado, o valor a ser ressarcido será aplicado exclusivamente na Educação.

Já o STF informou, também em nota enviada ao Portal, que o débito da União com a Bahia foi informado ao Ministério da Economia para inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, mas a inclusão dos precatórios na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 não significa que a União deverá desembolsar os valores obrigatoriamente.

“A União pode utilizar mecanismos alternativos de prazos e de pagamento previstos na Constituição ou celebrar acordos de parcelamento com os estados mencionados”, informou o Tribunal.

Nesta terça-feira, 3, o ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento em Brasília organizado pelo portal Poder360 e Instituto Brasiliense de Direito Privado (IDP), negou um possível calote ao anunciar que o governo federal elabora uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece critérios e limites para o pagamento dos precatórios.

A PEC, que depende de aprovação do Congresso Nacional, prevê, inicialmente, o pagamento integral e instantâneo de dívidas de até R\$ 66 mil. Já os “superprecatórios”, como batizou o ministro da Economia, ou seja, dívidas acima de R\$ 66 milhões, a proposta é parcelar com uma entrada de 15%, mais nove prestações iguais anuais.

Ainda segundo Guedes, o governo também estuda a criação de um fundo com recursos das privatizações e da venda de imóveis e patrimônios da União. O objetivo é garantir, de forma mais rápida, o pagamento dos precatórios. O ministro negou ainda que tenta realizar uma manobra ao teto de gastos, já que, segundo ele, os precatórios são considerados gastos extraordinários e poderiam ser pagos com recursos das desestatizações.

Foto: Secom

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

ALIANÇA Demitido por usar voo da FAB, amigo de Eduardo Bolsonaro ganha secretaria

www.atarde.com.br/politica

PRECATÓRIOS Segundo o Governo do Estado, o valor a ser ressarcido será aplicado exclusivamente na Educação

Bahia cobra R\$ 8,7 bi em dívidas da União

DAVID MENDES

A União deve ao Estado da Bahia R\$ 8,7 bilhões em precatórios – dívida contraída após condenação em instância final pela Justiça – referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Em maio deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o pagamento integral da dívida, com valores atualizados até novembro de 2020.

Para o governo da Bahia, se a União não cumprir a decisão da Corte, o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tentará “mais uma vez subtrair os direitos dos mais pobres”.

“Se o governo federal pensa em dar calote, que não o faça em cima de recursos destinados aos mais necessitados. Repudiamos mais este gesto do governo que demonstra reiteradamente a sua enorme insensibilidade com a nossa população”, cobra a gestão baiana, em nota enviada ao A TARDE.

Segundo o governo do estado, o valor a ser ressarcido será aplicado exclusivamente na Educação.

Já o STF informou, também em nota enviada ao jornal, que o débito da União com a Bahia foi informado ao Ministério da Economia para inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, mas a inclusão dos precatórios na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não significa que a União deverá desembolsar os valores obrigatoriamente.

“A União pode utilizar mecanismos alternativos de prazos e de pagamento previstos na Constituição ou celebrar acordos de parcelamento com os estados mencionados”, informou o Tribunal.

Na última terça-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento em Brasília organizado pelo portal Poder360 e Instituto Brasileiro de Direito Privado (IDP), negou um possível calote ao anunciar que o governo federal elabora uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece critérios e limites para o pagamento dos precatórios.

A PEC, que depende de aprovação do Congresso Nacional, prevê, inicialmente, o pagamento integral e instantâneo de dívidas de até R\$ 66 mil. Já os “superprecatórios”, como batizou o ministro da Economia, ou seja, dívidas acima de R\$ 66 milhões, a proposta é parcelar com uma entrada de 15%, mais nove prestações iguais anuais.

Ainda segundo Guedes, o governo também estuda a criação de um fundo com recursos das privatizações e da venda de imóveis e patrimônios da União. O objetivo é garantir, de forma mais rápida, o pagamento dos precatórios.

Ao A TARDE o senador Jaques Wagner (PT) disse que a PEC é uma tentativa do governo federal de dar calote nos créditos determinados pelo STF.

“Um absurdo. Boa parte desses precatórios, por sinal, são alimentícios, essenciais para a sobrevivência das pessoas. Outra parte é dívida do Fundef, principalmente com estados do Nordeste. Lutarei contra, pois o estado precisa desses recursos. Se o governo quiser discutir a parte de pagamentos de precatórios para a partir de 2023, tudo bem. Agora, os que já foram acordados e decididos não têm como voltar, têm que ser pagos”, defendeu o petista.

HORTO ESSENCE

DA VIDA,
OS ENCONTROS

4 suítes 167 m²






3 suítes 133 m²

ACESSO
AO PARQUE
LUCAIA



PISCINA

PRATICIDADE
E SUSTENTABILIDADE

-  • Portaria com reconhecimento facial
-  • Carregamento de carro elétrico
-  • Tomada USB e Wi-Fi nas áreas comuns
-  • Acesso de veículos por TAG
-  • Placas solares para geração de energia para parte da área comum



WELLNESS, LAZER
E CONVENIÊNCIA

- | | |
|---|--|
| Espaço Musculação | Bicletário |
| Espaço Funcional | Horta |
| Espaço Crossfit | Gourmet da Piscina |
| Sauna Seca | Piscina Infantil |
| Sala de Massagem | Piscina com Raia de 25 m |
| Espaço Beauty | Salão de Festas |
| Pocket Parque | Garden Office/Apoio do Salão de Festas |
| Quadra Poliesportiva com Dimensões para Tênis | Lounge Bar |
| Redário | Brinquedoteca |
| Gourmet da Quadra | Parque Infantil |
| Pet Play | Espaço E-commerce |
| Pet Care | |



VARANDA 4 SUÍTES - 167 M²

Rua da Sapucaia, 422 - Horto Florestal
www.mouradubeux.com.br

4020.3538



SAIBA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE.

MD
moura dubeux

Em atenção à Lei Federal nº 4.591/64, informamos que todas as características e imagens do empreendimento, inseridas nesta peça publicitária, têm caráter meramente ilustrativo e promocional. Todas as ilustrações são representações artísticas, podendo sofrer alterações de cor, textura, acabamento e composição. Os móveis, utensílios, equipamentos e decorações dos apartamentos não estão contemplados no orçamento da obra. Construção pelo Regime de Administração (art. 58 e segs. da Lei 4.591/64). Registro de Incorporação sob o R-17 da matrícula nº 50.197 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Salvador.

Veículo: bahia.ba	
Data: 05/08/2021	Caderno: Economia

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 05/08/2021 às 09h37.

Estados devem perder R\$ 24 bilhões com substitutivo de PL de reforma do IR, diz Comsefaz

No mês passado, o comitê divulgou uma carta aberta pedindo a rejeição integral do texto



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Mesmo com as alterações realizadas pela deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA) no substitutivo do projeto de reforma do Imposto de Renda, a avaliação do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) é de que as perdas de estados e municípios devem somar ao menos R\$ 24 bilhões por ano. Para o diretor institucional da entidade, André Horta, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o projeto “está ficando pior”.

No mês passado, o comitê divulgou uma carta aberta pedindo a rejeição integral do texto, alegando os prejuízos que teriam que ser suportados por entes subnacionais. Na versão final, o relator do projeto incluiu uma série de medidas que teriam como objetivo compensar as perdas, entre elas, os gatilhos para a redução na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

“Agora as perdas da União estão zeradas, e os estados e municípios estão arcando com as mudanças”, avaliou Horta.

Veículo: Política Livre	
Data: 05/08/2021	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO



Estados calculam perda de ao menos R\$ 24 bi com nova versão de reforma do IR

ECONOMIA

A nova versão da reforma do Imposto de Renda continua gerando impacto fiscal negativo para os cofres públicos, de acordo com cálculos feitos pelos estados.

As contas até agora apontam para uma perda anual de pelo menos R\$ 24 bilhões para governadores e prefeitos a partir de 2023.

O relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), havia afirmado na terça-feira (3) que o impacto fiscal de seu novo texto seria neutro, depois de

a versão anterior ter previsão de retirar R\$ 30 bilhões da arrecadação pública.

Contas do Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda) apontam que estados e municípios continuarão a ter perdas com a reforma mesmo com as mudanças mais recentes, já considerando os números de medidas compensatórias apresentados pelo deputado —como a maior alíquota de tributação sobre a exploração mineral. Já a União não teria prejuízo.

“Está ficando pior. Agora, as perdas da União estão zeradas, e os estados e municípios estão arcando com as mudanças”, afirmou André Horta, diretor institucional do Comsefaz.

“Só resta aos estados ficarem contrários ao projeto. Sempre estamos abertos a discutir, mas nessas condições a orientação é contrária”, disse.

Além disso, os estados contestam diferentes números apresentados pelo deputado —como a isenção na cobrança de dividendos concedida às empresas do Simples.

Nos próprios slides apresentados por Sabino nesta semana, já é possível identificar uma perda líquida de pelo menos R\$ 14,4 bilhões em 2023.

Mesmo negativa, a conta apresentada pelo deputado considera o efeito positivo de R\$ 8,8 bilhões decorrente de um eventual crescimento na arrecadação devido ao projeto —que, em sua visão, impulsionaria as receitas.

A ideia dele é que a redução de impostos vai impulsionar a economia, o que por sua vez vai gerar mais arrecadação —ideia contestada por diferentes analistas, que não veem embasamento empírico para a tese.

Questionado sobre a perda líquida notada em sua apresentação, Sabino afirmou que os números não estão totalmente atualizados em relação a dois pontos.

Um deles seria a previsão de receitas com lucros declarados do exterior. Segundo ele, a apresentação ainda considera somente os ganhos de paraísos fiscais (que acabou não inserida na proposta).

Mesmo assim, o item nem poderia ser considerado na conta. Isso porque, segundo ele próprio afirmou no dia anterior, a arrecadação com esse item só existirá em 2022 (e não em 2023 e nos anos seguintes).

Outro ponto desatualizado, segundo o deputado, é a extinção dos juros sobre capital próprio. Questionado sobre qual o valor atualizado, ele não enviou um novo número até a conclusão deste texto.

O impacto fiscal da proposta ficará ainda maior caso nem todas as medidas compensatórias sejam aprovadas no Congresso. Fazem parte da lista o fim dos supersalários no funcionalismo, o fim da isenção para auxílio-moradia de servidores e o fim de diferentes subsídios para setores específicos.

Mesmo com as contestações, o governo e o relator mostram pressa nos debates do texto. A estratégia é usar o projeto como respaldo jurídico para cumprir certas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal ao turbinar o Bolsa Família em 2022.

A Câmara aprovou nesta terça o requerimento de urgência por 278 votos a 158 para o texto. Apesar disso, vários líderes partidários disseram não haver compromisso com o mérito da proposta —ou seja, com as mudanças feitas no substitutivo de Sabino.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que as mudanças devem ser votadas na próxima semana.

Enquanto isso, entidades empresariais chamam de inaceitável a nova versão do projeto.

O principal alvo da reclamação é o trecho que condiciona o ciclo completo de cortes previstos na tributação de empresas ao aumento real da arrecadação pública ao longo de três anos.

Para CNI (Confederação Nacional da Indústria), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), o projeto aumenta a incerteza para a iniciativa privada.

“O texto ainda tem muitos problemas. Em relação à segunda versão do substitutivo, tem até alguns retrocessos”, disse Mário Sérgio Telles, gerente de Política Econômica da CNI.

Ele aproveitou para rebater a tese do relator, de que o projeto fará a economia se movimentar e gerar mais arrecadação. “O comportamento futuro da arrecadação do Imposto de Renda só vamos saber no futuro. É uma variável que não está sob controle”, disse Telles.

“Eu posso achar que a arrecadação vai subir, mas não tenho certeza. Quem há três anos iria prever o coronavírus, por exemplo?”, questionou.

“As condições na economia são muito incertas, pode haver uma nova crise e a arrecadação com IR não crescer. É um condicionamento que não faz sentido econômico”, disse.

A CNI não se opõe à direção do projeto de lei como um todo, mas pede mais tempo para discussão e critica a pressa no debate.

“Para que a gente possa aperfeiçoar, é preciso tempo. Esse tipo de reforma precisa de uma discussão mais elaborada. Era importante que fosse discutido com mais calma”, disse Telles.

A Fiesp fez reclamações na mesma linha da CNI, ao dizer que o substitutivo apresentado nesta terça aumenta os impostos, a complexidade do pagamento de tributos e cria insegurança sobre quanto as empresas irão recolher.

“Está claro que a única preocupação é com o caixa dos governos, o que é inaceitável. O substitutivo não muda a lógica do sistema, não facilita as condições de pagamento para o setor produtivo e recorre à mesma velha saída de sempre, que é obter mais recursos com elevação da carga tributária ao invés de reduzir gastos”, afirmou a Fiesp, em nota.

mercado

Estados calculam perda de R\$ 24 bi com IR

Nova versão do texto da reforma mantém prejuízos, dizem secretários; relator afirmara que impacto seria neutro

Fábio Pupo e Danielle Brant

BRASÍLIA A nova versão da reforma do Imposto de Renda continua gerando impacto fiscal negativo para os cofres públicos, de acordo com cálculos feitos pelos estados.

As contas até agora apontam para uma perda anual de pelo menos R\$ 24 bilhões para governadores e prefeitos a partir de 2023.

O relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), havia afirmado na terça-feira (3) que o impacto fiscal de seu novo texto seria neutro, depois de a versão anterior ter previsão de retirar R\$ 30 bilhões da arrecadação pública.

Contas do Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda) apontam que estados e municípios continuarão a ter perdas com a reforma mesmo com as mudanças mais recentes, já considerando os números de medidas compensatórias apresentadas pelo deputado — como a maior alíquota de tributação sobre a exploração mineral. Já a União não teria prejuízo.

“Está ficando pior. Agora, as perdas da União estão zeradas, e os estados e municípios estão arcando com as mudanças”, disse André Horta, diretor institucional do Comsefaz.

“Só resta aos estados ficarem contrários ao projeto. Sempre estamos abertos a discutir, mas nessas condições a orientação é contrária”, disse.

Além disso, os estados contestam diferentes números apresentados pelo deputado — como a isenção na cobrança de dividendos concedida às empresas do Simples.

Nos próprios slides apresentados por Sabino nesta semana, já é possível identificar uma perda líquida de pelo menos R\$ 14,4 bilhões em 2023.



O deputado Celso Sabino (PSDB-PA), relator da proposta de reforma do Imposto de Renda

Najara Araújo
- 29.abr.21/
Divulgação Câmara dos Deputados

Mesmo negativa, a conta apresentada pelo deputado considera o efeito positivo de R\$ 8,8 bilhões decorrente de um eventual crescimento na arrecadação devido ao projeto — que, em sua visão, impulsionaria as receitas.

A ideia dele é que a redução de impostos vai impulsionar a economia, o que, por sua vez, vai gerar mais arrecadação — ideia contestada por analistas, que não veem embasamento empírico para a tese.

Ao lhe ser perguntado sobre a perda líquida notada em sua apresentação, Sabino afirmou que os números não estão totalmente atualizados em relação a dois pontos.

Um deles seria a previsão de receitas com lucros declarados do exterior. Segundo ele, a apresentação ainda considera somente os ganhos de paraísos fiscais (que acabou não inserir na proposta).

“Está ficando pior. Agora, as perdas da União estão zeradas, e os estados e municípios estão arcando com as mudanças”

André Horta
diretor institucional do Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda)

Mesmo assim, o item nem poderia ser considerado na conta. Isso porque, segundo ele próprio disse no dia anterior, a arrecadação com esse item só existirá em 2022 (e não em 2023 e nos anos seguintes).

Outro ponto desatualizado, segundo o deputado, é a extinção dos juros sobre capital próprio. Questionado sobre qual o valor atualizado, ele não enviou um novo número até a conclusão deste texto.

O impacto fiscal da proposta ficará ainda maior caso nem todas as medidas compensatórias sejam aprovadas no Congresso. Fazem parte da lista o fim dos supersalários no funcionalismo, o fim da isenção para auxílio-moradia de servidores e o fim de diferentes subsídios para setores específicos.

Mesmo com as contestações, o governo e o relator mostram pressa nos debates do texto. A estratégia é usar o

projeto com o respaldo jurídico para cumprir certas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal ao turbinar o Bolsa Família em 2022.

A Câmara aprovou na terça o requerimento de urgência por 278 votos a 158 para o texto. Apesar disso, vários líderes partidários disseram não haver compromisso com o mérito da proposta — ou seja, com as mudanças feitas no substitutivo de Sabino.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que as mudanças devem ser votadas na próxima semana.

Enquanto isso, entidades empresariais chamam de inaceitável a nova versão do texto. O principal alvo da reclamação é o trecho que condiciona o ciclo completo de cortes previstos na tributação de empresas ao aumento real da arrecadação pública ao longo de três anos.

Para CNI (Confederação Nacional da Indústria), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), o projeto aumenta a incerteza para a iniciativa privada.

“O texto ainda tem muitos problemas. Em relação à segunda versão, tem até alguns retrocessos”, disse Mário Sérgio Telles, gerente de Política Econômica da CNI.

Ele aproveitou para rebater a tese do relator, de que o projeto fará a economia se movimentar e gerar mais arrecadação. “O comportamento futuro da arrecadação do IR só vamos saber no futuro. É uma variável que não está sob controle”, disse Telles.

A CNI não se opõe à direção do projeto de lei como um todo, mas pede mais tempo para discussão e crítica a pressa no debate. “Para que a gente possa aperfeiçoar, é preciso tempo. Esse tipo de reforma precisa de uma discussão mais elaborada. Era importante que fosse discutido com mais calma”, disse Telles.

Fiesp fez reclamações na mesma linha da CNI, ao dizer que o substitutivo apresentado nesta terça aumenta os impostos, a complexidade do pagamento de tributos e cria insegurança sobre quanto as empresas irão recolher.

“Está claro que a única preocupação é com o caixa dos governos, o que é inaceitável. O substitutivo não muda a lógica do sistema, não facilita as condições de pagamento para o setor produtivo e recorre à mesma velha saída de sempre que é obter mais recursos com elevação da carga tributária ao invés de reduzir gastos.”

Vinicius Torres Freire
O colunista está em férias

Alvo de Guedes, Sistema S retoma arrecadação pré-pandemia

Bernardo Caram

BRASÍLIA Enquanto se movimentam para barrar a destinação de recursos ao novo programa de emprego do governo, as entidades do Sistema S vivem uma retomada de arrecadação neste ano.

Depois de uma queda em 2020, as receitas formadas por contribuições das empresas se recuperaram e bateram R\$ 10,2 bilhões no primeiro semestre deste ano.

O valor é resultado de uma alta real de 9% nas receitas em relação ao mesmo período do ano passado e representa um retorno ao patamar que era observado antes da pandemia de Covid-19.

Os recursos do Sistema S estão mais uma vez na mira do ministro Paulo Guedes (Economia). O objetivo do governo é deslocar cerca de R\$ 6 bilhões das verbas para bancar benefícios a jovens em programa de qualificação.

Com lobby forte no Congresso, as entidades entraram nas negociações para travar a proposta. O argumento é que a medida gera prejuízo imediato ao sistema, que não teria condições de manter programas de educação, treinamento e pesquisa.

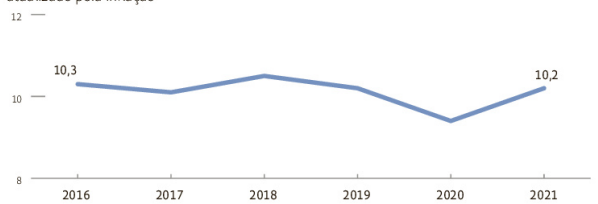
A receita total do Sistema S foi de R\$ 17,8 bilhões (R\$ 19,5 bilhões, atualizado pela inflação) em 2019. No ano seguinte, o total caiu para R\$ 15,9 bilhões (R\$ 16,8 bilhões em valor corrigido).

Agora, a arrecadação das entidades retoma a tração. Segundo a Receita, parte do resultado é explicado pelo forte recuo da economia provocado pela crise sanitária de abril a junho de 2020.

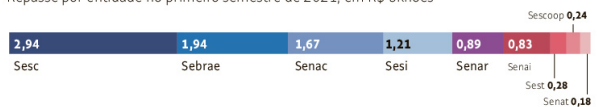
Como as contribuições repassadas pelas empresas às

Cofre do Sistema S na mira do governo

Arrecadação das entidades no primeiro semestre de cada ano, em R\$ bilhões, atualizado pela inflação



Repasso por entidade no primeiro semestre de 2021, em R\$ bilhões



Fonte: Receita Federal

nove entidades são um percentual sobre a folha de pagamento dos empregados, resultados negativos do mercado de trabalho e da massificação dos trabalhadores impactam a base de cálculo para os repasses.

Ainda segundo a Receita, parte da redução observada em 2020 é explicada por uma MP editada no ano passado para aliviar o caixa das empresas durante a crise sanitária. O texto reduziu as alíquotas de contribuição ao Sistema S de abril a junho do ano passado.

Apesar da retomada de receitas neste ano, as entidades disseram não haver espaço para o corte proposto pelo governo.

O diretor-geral do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e diretor superintendente do Sesi (Serviço Social da Indústria), Rafael Lucchesi, afirmou que

o grupo foi pego de surpresa pela proposta de corte nos recursos das entidades.

“Então o Senai vai fechar escolas, demitir professores e pesquisadores, fechar laboratórios para apoiar um programa temporário, que é basicamente de transferência de renda? Não tenho dúvidas que as instituições mais capacitadas para formar jovens são as do Sistema S. [A proposta do governo] não é razoável”, disse.

Em negociação com Guedes, o deputado Cristiano Aureo (PP-RJ) incluiu o corte de recursos do Sistema S no relatório da medida provisória que autoriza a suspensão de contratos e corte de jornadas e salários de trabalhadores.

O texto tramita no Congresso. O projeto passou a prever novos programas de emprego formulados com a ajuda do

ministro da Economia.

Entre eles, o Pior (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego) foi proposto para atender jovens de 18 a 29 anos com primeiro registro na carteira de trabalho e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses.

Os trabalhadores contratados por meio do Pior terão direito de receber o BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), com valor de um salário mínimo hora, limitado a R\$ 275 ao mês. A empresa arca com pagamento equivalente.

O BIP será custeado com recursos da União e do Sistema S. Também poderá ser pago com verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Entenda o Sistema S

O que é? Conjunto de entidades gerenciadas por federações e confederações empresariais, segmentadas por tipo de setor econômico. São classificadas como privadas e não têm vínculo administrativo com o governo. Oferecem serviços de ensino, treinamento, pesquisa e lazer.

De onde vem o dinheiro? Da contribuição compulsória das empresas, que é recolhida da folha de pagamento dos trabalhadores.

Como o dinheiro é repartido? As contribuições são recolhidas pela Receita, que repassa para as entidades. Em 2019, os repasses atingiram R\$ 17,8 bilhões.

Entidades

Sesi (Serviço Social da Indústria)
Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)
Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio)
Sesc (Serviço Social do Comércio)
Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural)
Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo)
Senat (Serviço Social de Aprendizagem do Transporte)
Sest (Serviço Social de Transporte)
Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)

A resistência das entidades em relação à MP levou o relator a estudar alternativas para custear o programa. Membros da equipe do deputado afirmam que ele aguarda a conclusão das negociações entre o governo e o Sistema S para definir a versão final do texto.

Não há decisão tomada sobre eventual retirada dessa fonte de custeio do projeto. Diante do impasse, ainda está indefinida a votação da MP, anteriormente prevista para ocorrer nesta semana.

Há pouco mais de uma semana, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, defendeu “passar a faca” no Sistema S com o objetivo de se obter recursos para o pagamento das bolsas para a qualificação de jovens carentes.

“Não podemos deixar uma geração inteira de jovens pobres ser sacrificada porque algum lobby não quer dar uma contribuição mais do que justa neste momento”, afirmou no ocasião.

Para o diretor-geral do Senai, o posicionamento do secretário foi “profundamente infeliz e demonstra total desconhecimento” sobre a atuação das organizações.

Em entrevista à Folha neste mês, o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Carlos Melles, também se posicionou contra a medida. Segundo ele, a proposta é inviável.

“Dessa forma impositiva, fica difícil a gente aceitar. Essa proposta é irreal, quem fez não conhece o orçamento do Sebrae nem do Sistema S. Os recursos são muito comprometidos, não são programas só de um ano, são perenes”, disse.

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

Os juros e o canto das sereias

A economia brasileira está voltando a ser emparedada pela inflação, por juros altos e pelo desemprego. O Copom – Comitê de Política Monetária está aumentando a taxa de juros em 1 ponto percentual. Assim, a taxa Selic terá aumentado quase 200% em quatro meses e já está precificado que em dezembro de 2021 ela será de 7,5% ao ano. A retomada da economia passará a ter uma trava, não imediatamente porque existe um delay entre a ação e reação, mas já a partir do último trimestre de 2021. No primeiro momento, o crescimento nominal da arrecadação e do faturamento das empresas, bem como a comparação com o ano morto que foi 2020, dará a impressão de que um pouco de inflação é bom para o crescimento, mas é só impressão. O governo já admite que a inflação, medida pelo IPCA, será de quase 7% em 2021,

bem acima do teto da meta, mas pode chegar a 8%. Isso porque a inflação está sendo potencializada pela combinação de choque de demanda, aumento repentino na procura de bens pós-pandemia, elevação nos preços das commodities, aumento de preços nos combustíveis e na energia e desvalorização cambial. Esses fatores estão disseminando a inflação por toda a cadeia produtiva.

A economia brasileira está voltando a ser emparedada pela inflação, por juros altos e pelo desemprego

Quando se junta inflação de 8% ao ano com 15 milhões de desempregados, dólar valorizado e juros em alta, o resultado é sempre ruim. A inflação reduz a demanda, o aumento nos juros encarece o crédito e reduz o consumo e o investimento e a pequena melhora nas contas públicas que ora se verifica é corroída pela queda no crescimento do PIB e pela rolagem da dívida, que ficará mais cara com a elevação dos juros. O pior é que, como um Ulisses encantado com o canto da sereia, muitos analistas não percebem a tempestade se formando. O canto vem de Paulo Guedes, que quer aprovar no Congresso um arremedo de reforma tributária que aumente os impostos e, além disso, furar o teto de gastos adiando o pagamento de precatórios. São medidas que trazem de volta o risco fiscal, e não vão gerar recursos para ampliar o emprego

ou o investimento, mas apenas viabilizar a ampliação do Bolsa Família com seus dividendos eleitorais.

É verdade que existem alguns avanços no âmbito da modernização da economia, com as concessões e a privatização da Eletrobrás e dos Correios, mas os fundamentos econômicos estão sendo corroídos. Sem uma política econômica efetiva, com a política fiscal e monetária frouxa, só resta ao Banco Central aumentar os juros, para assim conter a escalada de preços. Com isso, a economia brasileira vai crescer em 2021, pois ainda existe uma demanda contida especialmente na classe média, mas já no final do ano o Brasil voltará a ser o que sempre foi: o país dos juros altos, da carga tributária nas alturas, do déficit fiscal, do desemprego crescente e do crescimento econômico pífito.

Retomar o turismo em Salvador

Com 80% da sua população-alvo vacinada com a 1ª dose e cerca de 35% com a 2ª dose, Salvador está pronta para retomar a atividade turística, mantendo, claro, os protocolos para assim se precaver da variante delta. Mas para isso é fundamental o apoio do governo do estado e da prefeitura. É indispensável, por exemplo, a realização de campanhas de divulgação

do destino Salvador, o estabelecimento de normas para a realização de eventos e a retomada do turismo de negócios. Recife já recuperou o tempo perdido, e os números sobre a movimentação de passageiros no aeroporto Guararapes subiu 20% no 1º semestre de 2021, em relação a 2020, enquanto o aeroporto de Salvador registra queda de 0,10%.

Movimentação de passageiros

A movimentação de passageiros no aeroporto internacional de Salvador no 1º semestre de 2021 atingiu 1,89 milhão de pessoas, igualando-se ao patamar de 2020. É um sinal de recuperação, mas inferior à movimentação verificada, por exemplo, no aeroporto do Recife, que foi de 2,6 milhões, representando um crescimento de 20%. O aeroporto do Recife

tornou-se a principal porta de entrada no Nordeste, mas é possível reverter esse quadro. A ampliação dos voos da Gol foi um primeiro passo, agora é preciso estimular novas rotas, fazer campanhas de divulgação no país e negociar, com testagem e comprovante de vacinação, a retomada do fluxo de turistas argentinos e chilenos. Os dados são da Anac.

COMÉRCIO Pesquisa demonstra que 90% dos lojistas de shoppings estão confiantes com previsão de alta das vendas

Dia dos Pais promete levar os clientes de volta às lojas físicas

MARJORIE MOURA

O Dia dos Pais é a quarta data comemorativa que mais aquece o varejo, atrás apenas do Natal, Dia das Mães e Dia dos Namorados, e promete ser o início da retorno dos clientes às lojas físicas, segundo as expectativas dos lojistas. Aumento do número de pessoas vacinadas e a consequente redução de casos do Covid-18 fazem com que este ano os centros comerciais possam contar com maior flexibilização de horário e maior capacidade de receber o público.

A Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) fez um levantamento com associados em 1.200 pontos de venda de diversos segmentos, mostrando que 90,9% dos lojistas estão confiantes com a perspectiva de aumento das vendas com o Dia dos Pais, enquanto 9,1% acreditam que as vendas ficarão estáveis. Em relação ao aumento das vendas, 45,5% dos lojistas acreditam que as vendas vão crescer em torno de 20% em relação ao ano passado, 27,3% acreditam que as vendas vão crescer em torno de 40%, e 18,2% acreditam em um aumento de 10% nas vendas na data, a primeira do ano com abertura total do comércio.

O Shopping Paralela está com a campanha *Compre, doe e ganhe* até 8 de agosto e conta com a assistente virtual Lela, para ajudar na escolha do presente do papai, nas lojas físicas ou pelo www.shoppingparalela.com.br. O lojista Tércio Henrique, da Apa SPS Salvador, que comercializa rou-

pectiva de aumento das vendas com o Dia dos Pais, enquanto 9,1% acreditam que as vendas ficarão estáveis. Em relação ao aumento das vendas, 45,5% dos lojistas acreditam que as vendas vão crescer em torno de 20% em relação ao ano passado, 27,3% acreditam que as vendas vão crescer em torno de 40%, e 18,2% acreditam em um aumento de 10% nas vendas na data, a primeira do ano com abertura total do comércio.

Fluxo e venda

Com previsão de 25% de aumento de fluxo e de 10% de vendas com relação a julho último, o Shopping Bela Vista aposta na recuperação. Márcio Mendonça, da Zip Náutica SBV, loja de roupas esportivas com lojas no Bela Vista e em outros três shoppings, explica que já vem verificando um movimento interessante de público. Ele lembra que em 2020 o período do Dia dos Pais correspondeu à reabertura gradual dos centros comerciais e registrou, à época, um movimento muito tímido. Este



Raphaël Müller / Ag. A TARDE

Mais de 45% dos lojistas acreditam que as vendas vão crescer em torno de 20%

ano, ele aposta na simpática venda casada de camisas tipo polo para pai e filhos pequenos, como grande chamariz para impulsionar as vendas.

Campanhas

O Shopping Barra promove a campanha *Barra I Love Live Shop*, que integra os ambientes físico e digital, oferece aos clientes benefícios exclusivos, além de conteúdo diferenciado. Monaliza

Viana, da Sunglass Barra, loja que comercializa óculos de renomados fabricantes, destaca a estreita parceria com o setor de marketing do centro comercial que vem impulsionando as vendas, com ações conjuntas nas redes sociais. Ela explicou que o movimento vem aumentando ao longo da semana e acredita em vendas expressas voltadas para a data neste final de semana.

O Salvador Shopping

aposta na ação promocional que consiste na troca de um kit com três cervejas artesanais da marca Ekäut, disponível para clientes que comprarem R\$ 350 até oito de agosto, nas lojas físicas ou na plataforma online. Mathews de Medeiros, da Track e Field, que vende roupas esportivas, acredita numa recuperação de vendas, com aumento na procura de itens para os pais durante o fim de semana.

PRIVATIZAÇÕES

Governo planeja pagar 'bônus' do Bolsa Família com venda de estatais

DA REDAÇÃO

O governo avalia pagar um "bônus" aos beneficiários do novo Bolsa Família com recursos provenientes da venda de estatais e outros ativos do Executivo, de acordo com O Globo. Conforme o plano, o pagamento extra para os beneficiários do programa variaria segundo o montante conseguido com as privatizações e dividendos líquidos (lucros distribuídos por empresas menos os recursos gastos

com estatais deficitárias).

Por não se tratar de um valor fixo e de caráter recorrente, este bônus ficaria fora do teto de gastos, regra que determina um limite para as despesas da União.

Ainda segundo a publicação, a ideia desse fundo será enviada ao Congresso na proposta de emenda à Constituição (PEC) que possibilita o parcelamento dos chamados precatórios, dívidas do governo federal decorrentes de decisões judiciais.

O modelo debatido prevê que 20% da receita de uma privatização ou venda de ativo seja destinada para o bônus aos beneficiários do novo Bolsa Família, outros 20% para o pagamento de precatórios parcelados e os 60% restantes para abatimento da dívida pública.

Já são dadas como certas para financiar o fundo duas vendas: da Eletrobras e dos Correios. O fundo também seria financiado com a venda de imóveis e dividendos de estatais lucrativas.

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Em meio ao aumento da inflação de alimentos, combustíveis e energia, o Banco Central (BC) apertou ainda mais os cintos na política monetária. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic, juros básicos da economia, de 4,25% para 5,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Esse foi o quarto reajuste

consecutivo na taxa Selic, mas o ritmo do ajuste aumentou. Nas últimas três reuniões, o Copom tinha elevado a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. Com Covid-19 detectada em teste na semana passada, o diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra Fernandes, não participou da reunião presencial.

Com a decisão de ontem, a Selic continua num ciclo de alta, depois de passar seis anos sem ser elevada. De ju-

lho de 2015 a outubro de 2016, a taxa permaneceu em 14,25% ao ano. Depois disso, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018. Em julho de 2019, a Selic voltou a ser reduzida até alcançar 2% ao ano em agosto de 2020, influenciada pela contração econômica gerada pela pandemia de Covid-19. Esse era o menor nível da série histórica iniciada em 1986.

SELIC

Copom eleva juros básicos da economia para 5,25% ao ano

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

Bolsonaro foi eleito também pelo fato de seus opositores subestimarem sua campanha. Eu vivi isso! Ele pode dar um golpe porque continua sendo subestimado. Eu não quero viver isso!

Dayane
Pimentel

Deputada federal pelo PSL da Bahia e ex-aliada do presidente da República

Fato consumado

Documento obtido pela Satélite confirma o pedido de prisão preventiva do ex-secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa, solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao relator da Operação Faroeste no Superior Tribunal de Justiça, ministro Og Fernandes. O requerimento consta no trecho sigiloso de cem páginas anexado à denúncia oferecida mês passado pela PGR contra Barbosa e mais 15 acusados de envolvimento na rede de grilagem e venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), conforme antecipado pela coluna na edição do último dia 19. No documento, a PGR reforça a tese de que o ex-chefe da SSP usava o cargo para proteger integrantes do esquema.

APERTO ALTERNATIVO

No mesmo anexo, a PGR requer ainda que o STJ imponha medidas cautelares diversas da prisão à promotora Ediene Lousado, que comandou o Ministério Público do Estado de 2016 a 2020, e à delegada Gabriela Caldas, que foi chefe de gabinete de Barbosa na SSP. Ambas também foram denunciadas por suspeita de participação na blindagem a alvos da Faroeste.

Pompa e circunstância

Entre os novos indícios apresentados contra Maurício Barbosa pela Faroeste, constam três notas fiscais apreendidas durante busca e apreensão na casa do ex-secretário em um condomínio de alto padrão na Costa do Saupe, cujo teor, segundo a PGR, aponta possível manobra de lavagem de dinheiro. As notas se referem à compra de bens de luxo que totalizam R\$ 218 mil em aproximadamente três meses. A primeira é relativa à aquisição de um jet sky em 11 de junho do ano passado, por R\$ 83 mil. As demais – 3 de julho e 17 de setembro – têm origem na compra de dois quadriciclos por R\$ 65 mil e R\$ 70 mil.

Cheiro de pólvora

Um grupo de mais de 200 fazendeiros do Sul da Bahia pressiona a Funai para que o órgão libere a indenização pelos quase 55 mil hectares que deram origem à Terra Indígena Caramuru-Paraguáçu, encravada nos municípios de Pau Brasil, Itaju do Colônia e Camaçari e palco de violentos conflitos que duraram décadas. Nove anos após o Supremo promulgar a vitória dos pataxós há há hães na briga pela área, a maior parte dos fazendeiros não recebeu o repasse pela perda das propriedades e decidiu endurecer a cobrança, com promessas de reaver as terras na marra.

Vara de pesca

Na corrida para cooptar quadros da base aliada ao governo do estado antes de ingressar no PSL, o deputado federal Elmar Nascimento (DEM) colocou a mira sobre o deputado estadual Dal (PP), que planeja disputar vaga na Câmara em 2022, mas tem menor poder de fogo em relação aos outros quatro parlamentares federais pepistas: Cacá Leão, Mario Negromonte Júnior, Ronaldo Carletto e Cláudio Cajado. O argumento é o de que, ao seu lado, Dal teria maiores chances de se eleger.

Maré de azar

A péssima fase enfrentada pelo Bahia empurrou o presidente do Bahia, Guilherme Bellintani, para fora do páreo por uma vaga na chapa majoritária da oposição. Para voltar, só um milagre.

Assine o
Correio e
escolha o
seu presente



Assinatura
a partir
R\$ 9,90/mês

Escolha seu brinde:

- ✓ Carregador Portátil VX Case
- ✓ Fone de ouvido VX Case
- ✓ Kit Churrasco personalizado



ASSINE JÁ



Correio*

Promoção válida enquanto durarem os estoques de brindes. Apenas para os planos Digital Anual (Brindes: Fone ou Carregador Portátil VX Case) e Impresso Digital Anual (Brindes: Fone ou Carregador Portátil VX Case ou Conjunto de Facas Personalizado). O Assinante deverá ficar fidelizado pelo período contratado e consultar a forma de recebimento do brinde através do regulamento da promoção ou Central de relacionamento 71 3460-9140.

f t i y correio24h.com.br

Mineração Carabá SA

Normativas, carecem de legalidade. Vale destacar que após Acórdão da CSRF, última instância administrativa, de 2014, não verificamos novas discussões sobre o tema. - Acórdão CSRF nº 9101-002.054.1ª Turma, j. em 11/11/2014. - Acórdão CARF nº 1802-20.208.2ª Turma, j. em 07/10/2009. - Acórdão CSRF nº 108-126.415, j. em 20/09/2005. - Acórdão CARF nº 108-05.554, 8ª Câmara, j. em 25/07/2001. Em razão da argumentação posta, a Companhia entende que o tratamento adotado teria acolhido a autoridade fiscal. **31. Lucro por ação:** O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2020	2019
Lucro de operação	145.580	608.583
Número de ações ordinárias	13.574.805.875	13.574.805.875
Perda por ação - básico e diluído (em R\$)	0,001	0,044

32. Instrumentos financeiros: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valuation aplicadas para cada instrumento. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de valuation poderá resultar em variações no montante do valor de mercado. **A Classificação dos instrumentos financeiros:** As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue:

	Valor contábil	Justo valor	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Menusação	2020	
Caixa e equivalentes de caixa	102.515	102.615	
Custo amortizado	93.479	93.479	
Valor justo por meio do resultado	418	418	
Total de ativos financeiros	196.512	196.512	
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	66.625	66.625
Empréstimos e financiamentos	793.133	793.133	
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	177.011	177.011
Total de passivos financeiros	1.036.769	1.036.769	

	Valor contábil	Justo valor	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	77.353	77.353
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	30.831	30.831
Valor justo por meio do resultado	4.128	4.128	
Total de ativos financeiros	112.312	112.312	
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	74.623	74.623
Empréstimos e financiamentos	841.160	841.160	
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	187	187
Total de passivos financeiros	915.970	915.970	

Valor contábil versus justo valor: Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros que não sejam instrumentos financeiros, a administração considera que o valor justo é equivalente ao valor contábil. Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A MCSA utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano. **B. Gestão de riscos financeiros: (i) Instrumentos financeiros não derivativos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros. Risco de crédito: O risco à Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrente do descumprimento de suas obrigações contratuais. A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes. Atualmente, considerando as cláusulas contratuais, a Companhia considera que o risco de crédito de seus clientes é baixo. A tabela abaixo demonstra a concentração de clientes no exercício de 2020:

	2020	%
Clientes		
PMA	64.003	58
IXM	28.802	31
Outros	674	1
Total	93.479	100

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito. **Caixa e equivalentes de caixa:** Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação. **Derivativos:** São contratos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação BBB-, com base na média das principais agências de classificação. O valor contábil dos ativos financeiros abaixo representa a exposição máxima de crédito na data das demonstrações financeiras:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	81.603	77.353
Caixa e equivalentes de caixa	93.479	30.831
Outros	418	4.128
Aplicações financeiras	196.512	112.312

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus

MINERAÇÃO CARABÁ S.A.
CNPJ/MF nº 42.509.257/0001-13

vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia. Conforme descrito na Nota 1, no início de 2016, a geração de caixa operacional da Companhia foi gravemente afetada, em especial pela diminuição substancial na produção de concentrado de cobre, o principal produto da Companhia, devido ao rompimento de um dique de contenção que causou a inundação de sua mina subterrânea e principal fonte de minério para produção. Por conta desse evento, combinado ao cenário econômico de desvalorização da moeda nacional e da redução do preço de cobre no mercado internacional, a Companhia se viu diante de graves dificuldades econômico-financeiras durante todo o exercício. No entendimento da Administração, com a entrada do novo acionista, e os recursos aportados na Companhia desde então, está sendo possível normalizar suas atividades, bem como garantir o capital de giro necessário para manter suas operações e efetuar os investimentos planejados em seu planejamento estratégico. Sendo assim, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar em operação no futuro previsto; portanto, com base no seu julgamento, chegou à conclusão de que a incerteza remanescente a respeito de sua continuidade não é substancial. Por fim, a Companhia possui, em seus ativos, recursos, eventuais fontes de recursos para manter suas atividades e suporte operacional para retomar os controles necessários para sua continuidade operacional. **Exposição ao risco de liquidez:** As maturidades contratuais dos passivos financeiros à data das demonstrações financeiras são as seguintes: Estes valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto de acordos de compensação.

	Saldo Contábil	Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2020						
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	793.133	934.899	196.016	131.011	251.382	356.489
Fornecedores	66.626	66.626	66.626	-	-	-
Outras contas a pagar	18.729	18.729	18.729	-	-	-
Total de Fluxos de Caixa contratuais	878.528	1.020.254	281.469	131.011	251.382	356.489

	Saldo Contábil	Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2019						
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	841.160	1.108.822	140.025	105.786	254.611	608.400
Fornecedores	74.623	87.914	87.914	-	-	-
Outras contas a pagar	19.866	18.866	18.866	-	-	-
Total de Fluxos de Caixa contratuais	935.649	1.215.602	246.805	105.786	254.611	608.400

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração. **Risco de variação cambial:** Como parte de sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos cotados em dólares norte-americanos e ao ajuste das operações de empréstimos e financiamentos que também estão indexados à variação cambial. Com o objetivo de minimizar os descasamentos de moedas, a Companhia monitora suas projeções de fluxo de caixa considerando as expectativas de vendas futuras indexadas à moeda do dólar norte-americano em relação à necessidade de caixa para liquidar os financiamentos existentes. **Análise de sensibilidade:** A administração utilizou dois cenários estimados para a variação do dólar, possível e remoto. O cenário provável refere-se a exposição com o dólar calculado a base de R\$ 5,1967. Os cenários possível e remoto, consideram variações de 10% e 20%, respectivamente, e teriam aumentado (reduzido) seu patrimônio líquido e o resultado de acordo com os valores apresentados.

	Em R\$ mil		
Exposição à alta do USD			
31 de dezembro de 2020			
Cenário provável	Cenário 10%	Cenário 20%	
Caixa e equivalentes de caixa	28.802	31.682	38.018
Swap Cambial	1.789	1.967	2.146
Empréstimos	793.133	729.188	873.581
Total	797.124	832.837	912.605

Risco de taxa de juros: A Companhia possui operações pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre os instrumentos e as operações de swap. A Administração adota uma política de garantir que parte de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos seja reduzida a partir da composição de fluxos de captação com taxas pré-fixadas. Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros da Companhia foram pagos por seus próprios juros, como segue:

	Valor Contábil	2020	2019
Passivos financeiros expostos à taxa de juro			
CDI	36.305	39.686	
Préfixado	30.242	22.212	
Total	66.547	61.898	

A exposição da Companhia ao risco CDI em 31 de dezembro de 2020 era equivalente a 54,51% (64,66% em 31 de dezembro de 2019) de seu endividamento total. Considerando o valor de exposição ao CDI atualmente no balanço, a Companhia estima que não haverá impactos significativos em caso de modificações na taxa de juros. **Risco de commodities:** Os contratos para a venda de produtos com liquidação futura têm o seu preço definido mediante curva de rendimento a termo para o cobre. Normalmente, essas curvas são obtidas nas bolsas de valores em que o produto é negociado, neste caso, na London Metals Exchange (Bolsa de Metais de Londres - "LME"). Esses instrumentos financeiros são monitorados com frequência mensal, permitindo que os resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa sejam acompanhados. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** As operações de derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços designados como hedge econômico, ou seja, sem aplicação de hedge contábil. Em 31 de dezembro de 2020, não foram contratadas operações de hedge de risco de commodities, utilizando operações de swap como hedge de riscos cambiais e de juros. **Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações de swap utilizadas como hedge de risco cambial vinculadas a compromissos contratuais de empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira da Companhia descritos na nota ex-

pliativa nº 19. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis e retirados dos mercados futuros da B3MF. **33. Seguros:** A Companhia possui cobertura de seguros, através de apólices com diferentes cláusulas de cobertura para diferentes riscos, bem como apólice de seguro separada para equipamentos, que oferece cobertura para perda ou reparo dos equipamentos. Em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos, passivos e outros riscos cobertos por seguros e os valores são os seguintes:

	Valor segurado (Em reais)	2020	2019
Riscos Nomeados - Matriz, Oudros e Surubim	R\$ 600.000	R\$ 600.000	
Responsabilidade civil dos administradores (D&O)	R\$ 20.000	R\$ 20.000	
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 20.000	R\$ 100.768	
Responsabilidade Civil Geral - 1º e 2º Risco			R\$ 97.200
A Companhia dispõe ainda de seguros de vida em Companhia para os seus colaboradores correspondentes a 30 meses de remuneração por morte natural ou a 60 meses de remuneração em caso de acidente. 34. Eventos subsequentes: Operação Mina de Surubim: A MCSA por meio de investimentos em pesquisas ao longo dos últimos 3 anos, identificou um potencial de minério na antiga cava de Surubim (exercida em 2017) e com base nos dados físicos de geologia, planejamento e aliado a um significativo do preço do cobre, decidiu autorizar o início do projeto, com a remoção e decapeamento do estéril. A operação deve iniciar a produção de cobre no 2º semestre e a perspectiva é produzir cerca de 35,5 mil toneladas de cobre contido ao longo dos próximos 6 anos de operação.			

Eduardo De Cume Diretor Financeiro - CPF: 073.445.828-21
Wagner Pinheiro Contador - CRC-RJ 11105/0-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

As Administradoras e Diretores da Mineração Carabá S.A. - Jaguarari - BA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Carabá S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das demonstrações de fluxo de caixa e das demonstrações de fluxo de caixa e das demonstrações de fluxo de caixa correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Carabá S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus resultados em seu balanço e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas responsabilidades, em conformidade com as normas, estão detalhadas em seção separada intitulada "Responsabilidades dos auditores para além das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas de auditoria aplicáveis e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pela demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, têm o potencial de influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro, seja por omissão ou erro, é inerente a qualquer procedimento de auditoria realizado em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Conclusões sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações não forem adequadas. Nossas conclusões sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o entendimento da administração. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante o curso da auditoria. - Douglas Lobosco Mirette - Contador CRC SP-250829-0-1

ECONOMIA

Para agência, parcelamento de precatório não é calote

RISCO O plano do governo federal de parcelar o pagamento de precatórios agendados para 2022 com valores acima de R\$ 66 mil não é um calote e, por isso, a ideia, se concretizada, não afeta a nota de classificação de risco do Brasil, afirmou o economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini. A informação é do portal UOL. Precatórios são pagamentos obrigatórios de dívidas do governo federal, determinados pela Justiça em sentenças que não cabem mais recursos. O governo está propondo adiar os pagamentos para ter dinheiro e usar no aumento do Bolsa Família. O ex-ministro da Fazenda Mailson Nóbrega chamou a medida de calote. Outros críticos acreditam que a medida é uma espécie de pedalada fiscal, já que o dinheiro que é para ser pago a cidadãos, empresas e outros entes

90 bilhões de reais é quanto o governo deve pagar de precatórios no ano que vem; esse valor era de R\$ 13,9 bilhões em 2010

federativos seria usado para outro fim. Ainda segundo o UOL, Agostini discorda dessas visões. Para ele, a medida pode até impactar positivamente na avaliação de crédito do país, uma vez que a medida melhoraria a gestão do endividamento público ao alongar a curva de pagamentos. "Teve muito debate sobre o tema, pois alguns acham que é calote. Mas o argumento é que é uma reprogramação de pagamento, com correção e juros, então, não pode ser considerado calote. Calote é ter a expedição do precatório, e o governo não pagar, como ocorre nos estados e alguns municípios. Então, na minha visão, esse parcelamento dos precatórios como proposto não afeta a questão de classificação de risco", afirmou. Para Agostini, o governo federal está, desde 2014, apresentando recorrentes

déficits primários, o que piorou com a pandemia. "Nesse contexto, é fato que a condição da renda e emprego piorou no país. Portanto, é preciso ajudar essa fatia da população. Porém, por outro lado, é necessário que o governo consiga manter o equilíbrio das contas e retornar o mais breve possível o superávit primário". De acordo com o ministro Paulo Guedes, o pagamento de precatórios pelo governo federal que era da ordem de R\$ 13,9 bilhões em 2010, saltou para R\$ 54 bilhões em 2021. Para o ano de 2022, o valor a ser pago seria de cerca de R\$ 90 bilhões. A medida é polêmica e tem entre seus críticos os governadores de estados. Eles se articulam para barrar a iniciativa. Dos R\$ 89 bilhões em dívidas judiciais previstas no Orçamento de 2022, pelo menos R\$ 16,6 bilhões têm governos estaduais como credores.

Presidente diz que Bolsa Família terá, ao menos, 50% de reajuste

AUXÍLIO BRASIL. O presidente da República, Jair Bolsonaro, reafirmou nesta quarta-feira (4/8), que pretende reajustar em pelo menos 50% o valor oferecido pelo Bolsa Família e sugeriu mudar o nome do programa para Auxílio Brasil. "Estamos aprofundando de modo que tenhamos um novo programa, Auxílio Brasil, pelo menos 50% maior do que o Bolsa Família. Os outros 50% vou deixar para o Paulo Guedes anunciar", disse, na cerimônia de posse do novo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira.

A equipe econômica está a aumentar até o fim deste ano o atual benefício médio de R\$ 190 para o mínimo de R\$ 300 (ampliação de 57,9%) ou R\$ 400 (105,3% a mais). O meio de financiar o reajuste é objeto de disputas internas no Planalto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu o parcelamento dos precatórios. A medida abriria espaço no Orçamento para a ampliação do programa de assistência social.

GELADEIRAS TERÃO NOVO SELO DE EFICIÊNCIA

ENERGIA Após 15 anos em vigor, e tido como ultrapassado por órgãos de defesa do consumidor, o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) para refrigeradores vendidos no Brasil será atualizado e os novos produtos terão de ser, numa primeira fase, até 30% mais econômicos que os atuais e até 61% na última fase, a partir do fim de 2030. A medida ocorre num momento em que o País passa por uma crise hídrica que pode levar à adoção de medidas de racionamento de energia a partir do mês de novembro.

BNDES QUER PRIVATIZAÇÕES EM 2022

CORREIOS E ELETROBRAS O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, voltou a estimar as operações de privatização da Eletrobras e dos Correios para o primeiro semestre de 2022, embora a concretização das vendas dependa do "apetite de mercado" para realizá-las no "preço correto". "Esperamos ter os ativos disponíveis para realizar as operações no primeiro semestre do ano que vem", afirmou Montezano, em palestra durante o TAG Summit 2021.

ECONOMIA

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,1853	R\$ 5,1858
Dólar Turismo	R\$ 5,1770	R\$ 5,3430
Euro turismo	R\$ 6,0800	R\$ 6,3500

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	121.801,21	-1,44%

POUPANÇA

05/08/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Junho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,53%	3,76%	8,34%
INPC/IBGE	0,60%	3,95%	9,22%
IGP-M/FGV	0,60%	15,09%	35,76%

MAIOR DO ANO

6,9BI

de reais foi quanto movimento o IPO (oferta inicial de ações na sigla em inglês, expressão que nomeia a abertura de capital de uma empresa) da Raizen. Até aqui, é o maior do ano.

Inflação persiste e BC acelera alta da taxa de juros

MUDANÇA DE DISCURSO Após insistir durante meses no discurso de que a escalada da inflação era temporária, o Banco Central admitiu ontem que a alta dos preços "continua se revelando persistente". Para tentar segurar a inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu acelerar o ritmo de alta da Selic (a taxa básica de juros) e anunciou um aumento de 1 ponto percentual, de 4,25% para 5,25% ao ano.

Esta foi a quarta alta consecutiva dos juros, sendo que nas três decisões anteriores o BC havia subido a taxa em 0,75 ponto percentual. Há 18 anos, desde fevereiro de 2003, os juros não subiam de uma só vez 1 ponto. Mais do que acelerar o processo, o BC já sinalizou

5,25%

é a nova taxa de juro básico da economia brasileira. Um ponto percentual a mais que no mês passado

que em setembro aplicará aumento na mesma magnitude, para 6,25% ao ano.

Na economia, manter os juros em patamares mais altos é uma estratégia para controlar o avanço da inflação. No entanto, taxas elevadas significam que o custo para a tomada de crédito também tende a crescer – justamente em um momento em que a atividade econômica tenta se recuperar da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Desde o segundo semestre do ano passado, a alta dos valores das commodities no mercado internacional – como soja e milho – tem elevado o custo dos alimentos no mercado interno. Para piorar, os preços dos combustíveis também vêm contribuindo para o avanço do IPCA – o índice oficial de inflação, que nos 12 meses até junho subiu 8,35%. Mais re-

centemente, a estiagem em diversas regiões do País elevou os custos da energia elétrica, enquanto a geadas provocada pelo frio aumentou a pressão sobre os alimentos.

Este conjunto de fatores fez o BC mudar sua avaliação. Em maio, a instituição ainda defendia a ideia que os choques de preços de alimentos e energia elétrica eram "temporários". No comunicado de ontem, no entanto, a instituição traçou um cenário mais pessimista. "A inflação ao consumidor continua se revelando persistente. Os últimos indicadores divulgados mostram composição mais desfavorável", reconheceu o BC – que destacou ainda a maior pressão na área de serviços, com o fim das medidas de restrição social.

O Copom também justificou a alta pelo "risco fiscal elevado" do país.

Petrobras reverte prejuízo e tem lucro de R\$ 42,8 bilhões

SURPRESA A Petrobras anunciou ontem os seus resultados no segundo trimestre e surpreendeu o mercado com um lucro de R\$ 42,85 bilhões, revertendo um prejuízo de quase R\$ 3 bilhões no mesmo período do ano passado.

Alguns fatores explicam

o resultado alcançado pela estatal: a alta do consumo de combustíveis, com menos restrições causadas pela pandemia; e aumento do preço do barril de petróleo, que ultrapassou o patamar de US\$ 70; e a valorização do real frente ao dólar, o que impactou dire-

tamente no endividamento da empresa, a maior parte dela atrelada à moeda americana.

A receita da companhia petrolífera subiu para um total de R\$ 110,7 bilhões, mais do que o dobro do resultado registrado entre abril e junho do ano passado.



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A escalada de juros em cenário confuso

Os juros subiram em um ponto percentual, vão continuar subindo, chegando ao fim do ano em 7%. E mesmo assim a inflação vai estourar o teto da meta este ano. Por isso, no ano que vem as taxas permanecerão altas. Esse foi o recado do Banco Central. Há vários complicadores no cenário. A inflação persistente, a variante Delta ameaçando as economias e as contas públicas. Para a situação fiscal o Banco Central recomenda o de sempre: as reformas. O que há são projetos muito discutíveis. A reforma do IR vai ser votada em regime de urgência. É um erro fazer uma reforma dessas de afogadilho. Isso não garante ajuste fiscal, nem aumento da eficiência econômica.

A questão fiscal é mais complexa. Há alguns números positivos iludindo os analistas no meio de uma verdadeira escalada de medidas prejudiciais. O governo quer adiar despesa para gastar mais, e aumenta o número de itens dependurados em cima do teto de gastos. O projeto de populismo autoritário necessariamente significa mais gasto. O espaço que o governo pensou que teria no teto de gastos tem ficado menor. A inflação de 8,4% até junho reajustou o teto de

gastos, e isso significa R\$ 124 bilhões a mais. Com a inflação prevista tempos atrás, para o ano fechado, haveria um valor extra de R\$ 30 bi a R\$ 40 bi. Agora os cálculos são de que ele ficará abaixo de R\$ 20 bi. O governo ainda trabalha com um INPC de 6,2%. E ele deve superar 7%. Quanto menor for a diferença entre a inflação em 12 meses de junho e o índice fechado do ano menor é o espaço para gastar.

—O que a área política do governo quer não é ter R\$ 20 bilhões a mais para gastar, mais sim R\$ 60 bi. A queda de braço da área econômica contra a área política, para não quebrar o teto, vai continuar —prevê um especialista em contas públicas.

Os juros subindo elevam o gasto nominal com o serviço da

dívida, mas, ao mesmo tempo, as taxas permanecem negativas porque a inflação está maior do que a Selic, mesmo com o reajuste de hoje.

Há ainda uma melhora em relação ao que estava previsto no crescimento da dívida pública, mas por razões circunstanciais. Subiu o PIB nominal, em grande parte por causa da alta forte das commodities exportadas pelo Brasil. Isso aconteceu uma vez no começo do governo Lula. Mas naquele tempo o ciclo de commodities foi longo, o de agora será curto.

—Os números vão melhorar e a gente não pode desperdiçar isso, mas o incentivo para desperdiçar será grande porque os políticos vão olhar e pensar: por que eu vou fazer tanto esforço,

se eu poderia gastar mais? Há cinco meses a projeção do governo era déficit primário do setor público de R\$ 285 bilhões, os números da semana passada mostravam um déficit primário do governo central de R\$ 155 bilhões, um superávit dos estados e municípios de R\$ 29 bilhões e um déficit das estatais de R\$ 2,5 bilhões. Junta tudo dá R\$ 128,5 bilhões de déficit. A melhora é resultado da recuperação da arrecadação e do boom de commodities — explica esse especialista.

O projeto de reforma do Imposto de Renda foi apresentado sem que o assunto estivesse maduro. A proposta foi radicalmente alterada no Congresso e muda a cada dia, ao sabor das pressões e dos lobbies. Já era um

projeto mal feito e intempestivo. Mexer com a estrutura dos impostos no meio de uma crise política, com o governo enfraquecido e refém do centrão, é um risco sem tamanho. E tramitará em regime de urgência.

A cada nova ideia que sai do Ministério da Economia ou da área política do governo — seja o adiamento do pagamento dos precatórios ou o Bolsa Família de R\$ 400 — os ativos tremem no mercado financeiro. O que eles mais têm medo é da queda do teto de gastos. Curiosos os operadores do mercado financeiro: a casa caiu, mas eles estão preocupados é com o teto.

Quando digo que a casa caiu é porque o ministro da Economia, Paulo Guedes, está totalmente engajado na campanha eleitoral do presidente. Muito mais agora com a queda da popularidade. O compromisso não é com os fundamentos da economia, mas com as ideias políticas extremadas do presidente.

Quando digo que a casa caiu é porque a equipe econômica é caudatária de um projeto autoritário, no qual não há espaço para transparência, órgãos de controle, nem ajuste fiscal. É da natureza do populismo autoritário gastar muito e gastar mal.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 05/08/2021	Página: 02

Tribuna

Selic

Com a persistência da inflação em patamar alto e a volta do risco fiscal, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou nesta quarta-feira a Selic (a taxa básica de juros) em 1,00 ponto percentual, de 4,25% para 5,25% ao ano. Este foi o quarto aumento consecutivo dos juros e representa uma aceleração do aperto monetário. Nas três decisões anteriores, o BC havia subido a taxa em 0,75 ponto percentual.

Alta

Com a decisão de ontem, a Selic está no maior patamar desde outubro de 2019 – antes da pandemia de Covid-19. Com a crise sanitária, o BC fez um primeiro movimento no sentido de acelerar os cortes da taxa, que se manteve no mínimo histórico de 2% ao ano de agosto do ano passado a março deste ano. Em um segundo movimento, iniciado em março, o BC recomeçou a elevar a Selic, numa tentativa de controlar a inflação.

INVESTIMENTOS

Bruno Reis se reúne com presidente do Senado



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (DEM), esteve ontem em Brasília, onde se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), esteve ontem em Brasília, onde se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM). De acordo com a assessoria de comunicação da administração soteropolitana, o gestor discutiu pautas de interesse da capital baiana no Congresso Nacional, em especial, a obtenção de investimentos para reforçar ações de combate à crise sanitária provocada pela Covid-19.

Também participou do encontro, que aconteceu na residência de Pacheco, o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá, deputados federais e prefeitos da Bahia. Bruno, que vem

reclamando constantemente da falta de recursos provocada pela pandemia, tinha ido a Brasília em fevereiro para buscar recursos. Na época, o prefeito soteropolitano afirmou que a gestão municipal tem gastado cerca de R\$ 60 milhões por mês no combate à pandemia. Deste total, aproximadamente 20 milhões são para pagar o auxílio emergencial (R\$ 5 milhões) e cestas básicas (R\$ 14 milhões). Ainda da totalidade, mais R\$ 26 milhões são injetados na área de saúde, e R\$ 14 milhões no transporte públicos. Todas essas informações foram ditas pelo prefeito soteropolitano na coletiva de imprensa. "Salvador aguenta isso? Não aguenta", disse ele na época.

Antes de embarcar para a capital federal, o presidente da União dos Municípios da

Bahia disse que iria a Brasília para apelar aos parlamentares pela aprovação de matérias urgentes que tramitam nas duas casas legislativas, Câmara e Senado, e podem representar um fôlego às contas das prefeituras.

"Queremos evitar o colapso dos municípios. Se nada for feito nesse segundo semestre, não conseguiremos sequer pagar a folha. Estamos com municípios tendo o repasse zerado para pagar a dívida da previdência e ainda tendo que arcar com uma alíquota do INSS que só os grandes empresários pagam no Brasil, isso enquanto prestamos um serviço que é social", apontou Zé Cocá, que também é prefeito de Jequié, no Sudoeste baiano.

Reuniões - Na segunda, Pacheco recebeu na residência oficial o presidente da Câmara dos Deputados,

Arthur Lira, e quatro ministros do governo Bolsonaro para discutir a viabilização de um novo programa de renda mínima. Estiveram presentes os ministros da Economia, Paulo Guedes; da Casa Civil, Ciro Nogueira; da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; e da Cidadania, João Roma.

Segundo Pacheco, o governo e o Congresso vão se debruçar sobre uma fórmula que compatibilize um eventual programa de renda para a população vulnerável com o pagamento de precatórios por parte da União.

"Envidaremos os esforços para essa solução, com especial destaque ao fato de que a população carente precisa ser assistida com uma renda mínima que minimize a fome e a miséria no Brasil", salientou Pacheco em nota oficial divulgada após a reunião.

Tribuna

Câmara de Salvador retoma atividades após recesso

Vereadores destacaram avanço da vacinação contra Covid-19 na capital baiana

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Os trabalhos da 23ª Sessão Ordinária da 19ª Legislatura foram conduzidos de forma semipresencial, a partir do Plenário Cosme de Farias, pelo vice-presidente da Câmara, vereador Duda Sanches (DEM). Na retomada das sessões ordinárias em plenário após o recesso parlamentar de julho, como determina a Constituição, na tarde de ontem, os vereadores que fizeram o uso da palavra apresentaram registros sobre temas diversos;

O avanço da vacinação contra a Covid-19 em Salvador mereceu registros dos vereadores

Leandro Guerilha (PL) e Claudio Tinoco (DEM). Guerilha também lamentou, com indignação, a atitude do ex-secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, que ofendeu a empresária Angeluci Figueiredo.

O governo federal voltou a ser criticado pelo vereador Luiz Carlos Suíca (PT). Ele pediu atenção especial à Medida Provisória que tramita na Câmara dos Deputados e que "reduz o FGTS e prejudica o trabalhador". A colega do bloco de oposição e de partido, Marta Rodrigues, destacou que a Casa apreciará o Plano Plurianual (PPA). Ela ressaltou a importância do amplo debate sobre a matéria do Executivo.

Já o líder do governo, vereador Paulo Magalhães Jr. (DEM), ressaltou a produtividade da Casa, no primeiro semestre do ano, em meio às dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus.

"Em nenhum momento deixamos de trabalhar, muito pelo contrário, não nos furamos do nosso dever de representar a população soteropolitana. No primeiro semestre direcionamos nossos esforços para o enfrentamento a pandemia. E agora, além de continuar a batalha contra o vírus, vamos encarar novos desafios. Temos a expectativa de retomar os trabalhos presenciais na Casa, as sessões, que até então fo-

ram semipresenciais. Com fé em Deus e na ciência, logo poderemos voltar à normalidade, o que nos dá mais fôlego. Depois de perdas irreparáveis, a sensação que as coisas estão voltando ao normal enche nosso coração de felicidade e nossa alma de ânimo", declarou.

TRABALHOS

O líder do governo, Paulo Magalhães Jr. (DEM), ressaltou a produtividade da Casa no primeiro semestre do ano.



A CÂMARA de Salvador retomou os trabalhos, de forma semipresencial, na tarde de ontem

Tribuna

Ambulantes não cadastrados triplicam na capital

O comércio informal virou saída para muita gente que perdeu o emprego durante a pandemia

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Tem uma antiga expressão que caracteriza o brasileiro: 'para tudo tem um jeitinho'. Nem sempre essa tática é a mais correta, mas uma coisa é certa, se está difícil, baiano também dá a volta por cima. Com a pandemia do coronavírus muita gente perdeu o emprego e a criatividade aflorou, uma saída foi vender desde comida até máscaras. De acordo com a Prefeitura de Salvador (PMS) com base nos últimos cinco anos, eram 5.166 ambulantes cadastrados, já ano passado eram 1.616 e esse número baixou para 71 esse ano. Antes da Covid-19 a estimativa era de 11 mil ambulantes sem cadastros e atualmente, o número estimado triplicou.

O bairro mais popular com concentração de ambulantes cadastrados é o centro e o nobre é a Pituba. Mas ambos não escapam da concorrência não cadastrada, são trabalhadores informais que

saem de longe para tentar a sobrevivência.

"Tenho uma filha de 6 anos e preciso dar comida a ela, meu marido que é pintor está desempregado. Eu era doméstica, mas fui mandada embora na pandemia e há cerca de seis meses tenho feito empadas, tortas salgadas para sobreviver. Percorro as ruas da Pituba e já tenho uma clientela formada. Chego a faturar R\$ 1.300,00 a depender do mês", conta Luciana Santos.

A aposentada Arani Oliveira, residente na Pituba, diz que compra de tudo no informal, desde temperos até bolos ou pescados. "A partir de sexta-feira é uma beleza, já conheço o horário do carro do bolo, do menino do carrinho do pão e no sábado dos pescados. Bem mais parado e só faço descer na portaria. Não vejo problema. O desemprego está grande, se puder ajudar não vejo mal."

O problema é que essas pessoas estão todas atuando na informalidade, sem sequer ter direito a um benefício previdenciário. A estimativa da prefeitura de Salvador é



Foto: Reginaldo Ipê

de que antes pandemia eram cerca de 11 mil "não temos os dados exatos, mas sabemos que este número aumentou, na verdade triplicou durante a pandemia", cons-

tata a Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP).

A prefeitura alerta que é bom regularizar a situação

pois quem não possui licença corre o risco de ter a mercadoria e/ou bens apreendidos e consequentemente a perda do bem. Para o resgate dos bens é necessário

IRREGULAR
É no centro onde se concentra a maior parte dos ambulantes

comparecer ao setor de guarda de bens da PMS e pagar uma taxa.

Os valores para licença de equipamentos conforme dimensões em 2021 são os seguintes: Banca Desmontável R\$ 253,74 (1,05 x 0,80 000); Carrinho Padronizado R\$ 292,02 (1,35x0,95); Tabuleiro R\$ 296,99 categoria C (1,20x0,60); Tabuleiro R\$ 461,96 categoria B (1,40x0,80); Tabuleiro R\$ 659,94 Categoria A (2,00x0,80); Kit Praia/Tenda R\$ 282,04 (mensal) 1,00x10,00; Ambulante Isoopor Grande na Praia R\$ 128,73 (mensal) 1,50x1,00; Mostruário: R\$195,33 (0,80x1,20); Ambulante (circulando) Farol da Barra: R\$ 121,55; Ambulante (Circulando) Pelourinho R\$ 40,06; Cooler Tração Humana Área 1: R\$ 167,91 (mensal) 1,50x1,00; Cooler Tração Humana Área 2 R\$ 100,73 (mensal) 1,50 x 1,00.

Comércio está otimista com vendas no Dia dos Pais

Associação de Shopping Centers projeta um aumento médio nas vendas de 32% este ano

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Diferente do ano passado, quando o recrudescimento da pandemia forçou que lojas e clientes se adaptassem a uma conjuntura de restrição, nesta semana que antecede à comemoração do Dia dos Pais (8 de agosto), a previsão é que a procura por presentes por parte dos clientes nas lojas presenciais seja maior. Em consequência disso, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca), por exemplo, projetou um aumento médio de 32% nas vendas durante os sete dias. A alta representa um adicional de vendas de R\$ 870 mi-

lhões em relação a 2020. No mesmo intervalo do ano passado, as vendas caíram 32,5% ante 2019.

"Na verdade desde que os shoppings foram reabertos eles estão sistematicamente crescendo todos os meses com a presença dos clientes. E isso é muito por conta do avanço da vacinação que tem feito com que as pessoas fiquem mais dispostas ao consumo. O consumidor começa a sentir que está saindo do momento mais difícil da pandemia e voltando a normalidade e com os shoppings fechados isso desmotivou as pessoas. Então, esse avanço da vacinação aumentou o nível de confiança dos

consumidores e eles estão indo as compras", afirmou o coordenador regional da Abrasca-BA, Edson Piaggio que destacou que nesta semana o número de clientes nas lojas devem ser ainda mais significativo. A expectativa da Abrasca é que um tíquete médio seja de R\$ 192, avanço de 11,6% ante o ano passado, quando o valor registrado foi de R\$ 172. A projeção supera também os R\$ 176 reportados em 2019.

Para o presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio da Cidade do Salvador, Paulo Motta, esse aumento na demanda é com certeza resultado da maior regularidade do funcionamento do comércio.

Ele destaca ainda que a maior flexibilização das medidas de distanciamento social, aliada ao avanço da vacinação no País e a melhoria da confiança do consumidor contribuíram para essa expectativa. "Essas datas festivas são muito importantes para o varejo e o comércio está funcionando de maneira mais constante e de fundamental importância, pois o hábito do consumidor estar voltando a ser construindo a comprar naqueles horários que sempre gostaram de estar nas áreas comerciais. Então, a nossa expectativa até mesmo para o próprio segundo semestre é a manutenção da regularidade

do funcionamento do comércio, sem limitação e interrupção", afirmou Paulo Motta que lembrou que o mês de agosto do ano passado as vendas foram muito franca devido à restrição do comércio.

DICA DE PRESENTE

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA) fez uma lista com vários itens que são tradicionalmente buscados pelos consumidores para presentear nesta data comemorativa, como artigos de vestuários, produtos de higiene, beleza e eletrônicos. De acordo com o levantamento, o item que teve a maior queda real e

que pode servir de dica de presente para o consumidor é o sapato masculino, com variação de -14,8%, em 12 meses, já descontada a inflação. Mesma variação do livro. Estão mais baratas também as camisas (-9,2%), os shorts e bermudas (-7,9%) e sandálias (-7,4%).

"O Dia dos Pais está longe ainda de ter uma movimentação próxima de outros eventos como Dia das Mães e Natal, mas não deixa de ser uma data relevante para o varejo, sobretudo para as lojas de roupas, calçados, cosméticos e de alimentos e bebidas", destacou o consultor econômico da Fecomércio-BA Guilherme Dietze.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Política
Data: 05/08/2021	Página: --



Senado aprova PL que regulamenta ICMS para venda em outro estado

Texto segue para análise da Câmara

Tribuna da Bahia, Salvador

05/08/2021 08:43 | Atualizado há 1 hora e 14 minutos



Foto: Michel Jesus / Câmara dos Deputados

O Senado aprovou, de forma unânime, na noite desta quarta-feira (4), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 32/2001, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre vendas de produtos e prestação de serviços a consumidor final localizado em outro estado. O texto segue para análise da Câmara.

Pela proposta, apresentada pelo relator Jacques Wagner (PT-BA), nas transações entre empresas e consumidores não contribuintes de ICMS de estados diferentes, caberá ao fornecedor recolher e repassar o diferencial para o estado do consumidor. O projeto de lei regulamenta a Emenda Constitucional 87.

Antes da Emenda Constitucional 87, o ICMS ficava integralmente para o estado em que se localizava a empresa vendedora nos casos em que o comprador do produto ou serviço não fosse empresa contribuinte desse imposto. Depois da EC 87, os estados dos consumidores passaram a receber parte desse imposto. Para se adequar, as unidades da Federação estabeleceram, por meio de acordo, regras de cobrança e compensação pelo pagamento do ICMS, entretanto a Justiça decidiu que esse tipo de acordo só poderia ser estabelecido por meio de lei complementar.

A lei aprovada nesta quarta-feira atende esta determinação da Justiça, com a criação de uma lei federal que atende as regras definidas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne as secretarias de Fazenda dos estados.

As regras anteriores à EC 87 faziam com que os estados arrecadassem ainda mais impostos e tivessem a disposição mais recursos para fazerem investimentos, perpetuando ou acentuando as desigualdades regionais. Segundo o relator, a emenda constitucional, agora regulamentada, trouxe equilíbrio à distribuição da receita do imposto entre as unidades da Federação.

Pela proposta, nas transações entre empresas e consumidores não contribuintes de estados diferentes, cabe ao fornecedor recolher e repassar o diferencial para o estado do consumidor, conforme determinado pela Constituição. Da mesma forma, o diferencial entre as alíquotas do ICMS sobre o serviço de transporte interestadual deve ser recolhido pela transportadora ao estado do consumidor não contribuinte. Caso a mercadoria ou serviço seja destinada a um estado diferente daquele em que está o consumidor, o diferencial será devido ao estado em que a mercadoria efetivamente entrou ou onde ocorreu o destino final do serviço.

Ainda pelo PLP 32/2021, o diferencial entre as alíquotas do ICMS sobre o serviço de transporte interestadual deve ser recolhido pela transportadora ao estado do consumidor não contribuinte. Caso a mercadoria ou serviço seja destinada a um estado diferente daquele em que está o consumidor, o diferencial do ICMS será devido ao estado em que a mercadoria efetivamente entrou ou onde ocorreu o destino final do serviço.

Para definir o responsável por pagar o diferencial, a norma separou os consumidores entre os que estão sujeitos ao ICMS (empresas) e os que não recolhem o imposto, como as pessoas físicas, por exemplo. Pela norma, quando uma empresa que paga ICMS consome um produto ou serviço vindo de outra unidade da Federação, é ela quem deve pagar o diferencial de alíquota ao seu estado. Já no caso do consumidor pessoa física, o fornecedor do produto ou serviço é quem paga o diferencial.

Devido a uma emenda aprovada, a nova lei vai produzir efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação e após decorridos noventa dias desta. É proibido cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e antes de decorridos 90 dias da data da publicação. O texto original fazia referência apenas ao prazo de 90 dias.

Fonte: Agência Brasil

Reforma tributária de Bolsonaro só é boa para os ricos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após dois anos e meio do governo Bolsonaro a reforma tributária entrou na agenda de debate nacional. Com o PL 2337/21 o governo, que afirma tratar-se da segunda etapa da sua proposta, tenta reformar o Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica (IRPJ) e o imposto de Renda sobre a Pessoa Física (IRPF). O debate tem sido pautado, majoritariamente, pela reação de setores econômicos privilegiados pela estrutura tributária brasileira, uma das mais injustas e regressivas do mundo.

O 2337 propõe reinstaurar a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos, e vedar a dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP), inovações incluídas na legislação tributária brasileira pela Lei nº 9249/95, de FHC. O 2337 também propõe uma revisão muito tímida da tabela do IRPF, reajustada em 2015, ainda no governo Dilma. Finalmente, o 2337 propõe importantes medidas anti elisão fiscal, que já deveriam ter sido adotadas.

Vale registrar que, apesar da virulenta reação de setores privilegiados, o 2337 é muito limitado. Propõe tributar lucros e dividendos com única alíquota de 20%. Assim os contribuintes de menor porte pagarão, proporcionalmente, mais que os grandes. No IRPF a maior alíquota está em 27,5%, quando até 1995 era de 35%; veda a dedução do JCP, mas permite distribuição não onerada entre empresas de uma mesma família, apontando o caminho do planejamento tributário; e, para piorar, o relator chegou a propor oneração do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do auxílio transporte e, o limite de R\$ 40 mil para o direito à declaração simplificada do IRPF, penalizando trabalhadores de menor renda.

A pressão dos setores econômicos privilegiados tem sido exercida sobre o governo e sobre o relator, que apresentou uma primeira versão do seu relatório, cedendo. Apesar de manter os três pontos aceitáveis do projeto, propõe uma mega redução da tributação sobre IRPJ, e suprime medidas anti elisão, ou seja, o projeto piorou, ficou mais regressivo.

Esse debate se iniciou com a PEC 45/19 apresentada na Câmara e, ao mesmo tempo foi apresentada no Senado a PEC 110/19, ambas tratando da simplificação tributária. A 45 foi discutida numa Comissão Especial e, junto com a 110 e o 3887 foi discutida numa Comissão Mista. Em 2020, quando o governo enviou o PL 3887/20, ficou evidente seu propósito, de criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unificando o PIS/COFINS, de majorar alíquota das contribuições sociais, que não são distribuídas com os entes subnacionais, pressionando o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), principal **tributo estadual**.

A redução da **arrecadação** dos entes federados também decorrente da redução do IRPF recolhido na fonte, importante receita dos municípios, permite afirmar que a proposta do governo, além de onerar os trabalhadores, é mais um ataque a estados e municípios, ou seja, é uma bomba fiscal. Para piorar, o governo vem acenando com mais concessões para o setor empresarial, apontando a possibilidade de que o relatório final fique ainda pior.

O presidente da Câmara incluiu o requerimento de urgência do PL 2337/21 na pauta desta terça-feira (03/08), sem ter passado por qualquer comissão permanente, menos ainda por uma Comissão Especial. Portanto, apesar de ser muito ruim e não ter iniciada sua discussão, o relatório final do 2337, ainda não protocolado, será discutido precariamente, direto no plenário. Isso é muito ruim! É necessária uma tramitação que permita o debate, em especial, com os diferentes segmentos sociais afetados, para além do lobby dos setores econômicos privilegiados.

A oposição deve trabalhar para adiar a apreciação desse PL para que ele seja amplamente debatido, e emendado. O objetivo deve ser incluir nele a progressividade e reduzir o impacto fiscal para estados e municípios.

*Afonso Florence é deputado federal pelo PT-BA e vice-líder da oposição no Congresso

*Os artigos reproduzidos neste espaço não representam, necessariamente, a opinião do Bahia Notícias

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Tributos Estaduais, Arrecadação, ICMS

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 05/08/2021	Coluna: Economia



APROVADO PL QUE REGULAMENTA ICMS PARA VENDA EM OUTRO ESTADO



5 Agosto, 2021

O Senado aprovou, de forma unânime, na noite desta quarta-feira (4), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 32/2001, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre vendas de produtos e prestação de serviços a consumidor final localizado em outro estado. O texto segue para análise da Câmara.

Pela proposta, apresentada pelo relator Jacques Wagner (PT-BA), nas transações entre empresas e consumidores não contribuintes de ICMS de estados diferentes, caberá ao fornecedor recolher e repassar o diferencial para o estado do consumidor. O projeto de lei regulamenta a Emenda Constitucional 87.

Antes da Emenda Constitucional 87, o ICMS ficava integralmente para o estado em que se localizava a empresa vendedora nos casos em que o comprador do produto ou serviço não fosse empresa contribuinte desse imposto. Depois da EC 87, os estados dos consumidores passaram a receber parte desse imposto. Para se adequar, as unidades da Federação estabeleceram, por meio de acordo, regras de cobrança e compensação pelo pagamento do ICMS, entretanto a Justiça decidiu que esse tipo de acordo só poderia ser estabelecido por meio de lei complementar.

A lei aprovada nesta quarta-feira atende esta determinação da Justiça, com a criação de uma lei federal que atende as regras definidas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne as secretarias de Fazenda dos estados.

As regras anteriores à EC 87 faziam com que os estados arrecadassem ainda mais impostos e tivessem a disposição mais recursos para fazerem investimentos, perpetuando ou acentuando as desigualdades regionais. Segundo o relator, a emenda constitucional, agora regulamentada, trouxe equilíbrio à distribuição da receita do imposto entre as unidades da Federação.

Pela proposta, nas transações entre empresas e consumidores não contribuintes de estados diferentes, cabe ao fornecedor recolher e repassar o diferencial para o estado do consumidor, conforme determinado pela Constituição. Da mesma forma, o diferencial entre as alíquotas do ICMS sobre o serviço de transporte interestadual deve ser recolhido pela transportadora ao estado do consumidor não contribuinte. Caso a mercadoria ou serviço seja destinada a um estado diferente daquele em que está o consumidor, o

diferencial será devido ao estado em que a mercadoria efetivamente entrou ou onde ocorreu o destino final do serviço.

Ainda pelo PLP 32/2021, o diferencial entre as alíquotas do ICMS sobre o serviço de transporte interestadual deve ser recolhido pela transportadora ao estado do consumidor não contribuinte. Caso a mercadoria ou serviço seja destinada a um estado diferente daquele em que está o consumidor, o diferencial do ICMS será devido ao estado em que a mercadoria efetivamente entrou ou onde ocorreu o destino final do serviço.

Para definir o responsável por pagar o diferencial, a norma separou os consumidores entre os que estão sujeitos ao ICMS (empresas) e os que não recolhem o imposto, como as pessoas físicas, por exemplo. Pela norma, quando uma empresa que paga ICMS consome um produto ou serviço vindo de outra unidade da Federação, é ela quem deve pagar o diferencial de alíquota ao seu estado. Já no caso do consumidor pessoa física, o fornecedor do produto ou serviço é quem paga o diferencial.

Devido a uma emenda aprovada, a nova lei vai produzir efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação e após decorridos noventa dias desta. É proibido cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e antes de decorridos 90 dias da data da publicação. O texto original fazia referência apenas ao prazo de 90 dias. Com informações da Agência Brasil e Agência Senado.

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 04/08/2021	Coluna: Economia



DECISÃO DE AUMENTAR SELIC FOI EQUIVOCADA, AFIRMA CNI



4 Agosto, 2021

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera equivocada a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de manter um ritmo expressivo de aumento da taxa básica de juros (Selic).

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, diz reconhecer que a inflação se encontra elevada e requer atenção, no entanto a pressão sob os preços são majoritariamente decorrentes de choques de oferta, como a desvalorização da moeda brasileira e a falta de insumos e matérias-primas.

“O controle da inflação de oferta via juros é menos eficaz e requer um forte desestímulo à atividade econômica em um momento em que a recuperação da economia ainda se mostra frágil. A taxa de desemprego ainda está próxima do pico histórico e a produção da indústria de transformação perdeu força ao longo deste ano apresentando queda em cinco meses no primeiro semestre”, explica Robson Andrade.

A expectativa da indústria é de que as pressões de custos serão reduzidas à medida em que o real se valorize e o mercado de insumos e matérias primas se reequilibre. Em razão desse cenário, a CNI entende que as condições de crédito para consumidores e empresas deveriam continuar sendo de estímulo e a decisão por um quarto aumento da Selic é contrária a necessidade atual da economia, por desestimular a demanda e aumentar o custo do financiamento.

Veículo: bahia.ba	
Data: 05/08/2021	Caderno: Política

bahia.ba

POLÍTICA

Publicado em 05/08/2021 às 08h46.

Câmara aprova regime de urgência para projeto da Reforma Tributária

Projeto de lei corresponde ao Imposto de Renda



Foto: Agência Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (4), o regime de urgência para o projeto de lei que corresponde ao Imposto de Renda e que faz parte de uma das etapas da Reforma Tributária. Com 278 votos favoráveis e 158 contrários, os parlamentares decidiram que o texto já pode ser votado em plenário, sem precisar ser analisado por comissões.

Entre os pontos previstos no texto estão a diminuição de até 12,5 pontos percentuais no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), reajuste na tabela de alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física, além da ampliação da faixa de isenção de renda de até R\$ 2,5 mil mensais.

O projeto que tem a relatoria de Celso Sabino (PSDB-PA) tem previsão para ser votada ainda nesta semana ou no início da próxima.

Com a taxa da gasolina, Petrobras lucra R\$ 43 bi e repassará R\$ 9 bi à União

Estatual propõe distribuir R\$ 31,6 bi em dividendos; valorização do real influencia no resultado

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A recuperação do preço do petróleo impulsionou o desempenho da Petrobras no segundo trimestre, gerando um lucro de R\$ 42,8 bilhões. No mesmo período do ano anterior, quando a pandemia derrubou as cotações internacionais, a estatal registrou prejuízo de R\$ 2,7 bilhões.

Segundo a empresa, o resultado foi garantido por maiores margens de lucro nos combustíveis, maiores vendas de óleo e derivados, ganhos cambiais devido à valorização do real e ganhos de participações em investimentos. No ano, a Petrobras acumula lucro de R\$ 44 bilhões.

das ações, a União terá direito a um total de R\$ 9 bilhões.

O diretor financeiro da empresa, Rodrigo Araujo Alves, disse que o pagamento é um reconhecimento aos acionistas e "contribuição importante à sociedade brasileira" e que a companhia trabalhará para que essa remuneração seja "ainda mais consistente ao longo dos anos".

O ano de 2021 é marcado por forte recuperação das cotações do petróleo, com preços dos combustíveis vendidos pela estatal, em um cenário que vem gerando impactos na popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

Em fevereiro, após escalada de preços no início do ano, Bolsonaro demitiu o então presidente da estatal, Roberto Castello Branco, em um movimento que gerou no mercado temor de intervenção na política de preços dos combustíveis e culminou com uma demissão inédita no conselho e na direção da companhia.

Escalado para substituir Castello Branco, Silva e Luna prometeu manter o acompanhamento das cotações internacionais, embora venha praticando reajustes com fre-

quência inferior à de seus antecessores. Nesta quinta (5), a empresa completa um mês sem mudanças nos preços da gasolina e do diesel.

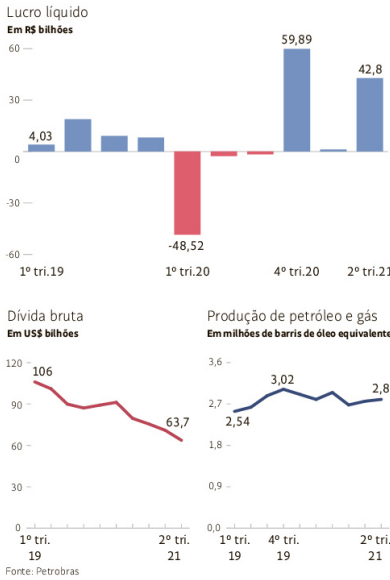
Ainda assim, a cesta de derivados de petróleo vendida pela companhia custou no segundo trimestre, em média, R\$ 401,19 por barril, alta de 14,6% em relação ao trimestre anterior e mais do que o dobro do verificado no mesmo período de 2020.

Puxadas por diesel e gasolina, as vendas de combustíveis pela Petrobras somaram 1,8 milhão de barris por dia, alta de 17,5% em relação ao segundo trimestre de 2020, quando medidas de distanciamento derrubaram o mercado. Ante o primeiro trimestre de 2021, a alta foi de 5,5%.

A produção média de petróleo e gás alcançou 2,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia, 1,1% acima do primeiro trimestre, com o aumento das operações em duas plataformas do pré-sal, região que representou 70% da produção total da Petrobras no período.

Com preços melhores e maiores vendas, a empresa teve receita de R\$ 110,7 bilhões, 28,5% acima do primeiro trimestre. O Ebitda, indicador

A Petrobras sob Bolsonaro



Fonte: Petrobras

que mede a geração de caixa, somou R\$ 61,9 bilhões, alta de 26,5% em relação aos primeiros três meses do ano.

Apenas com a venda de derivados no mercado interno, a empresa faturou R\$ 63,8 bilhões, aumento de 22,6% em relação ao primeiro trimestre. Responsável pelas vendas de derivados, a área de refino da estatal teve lucro de R\$ 8,9 bilhões, alta de 28,2% em relação ao trimestre anterior.

A Petrobras diz que, além dos combustíveis, o resultado foi influenciado por ganhos cambiais com a valorização do real e com a reversão de perdas relacionadas à BR Distribuidora, que a companhia deixou definitivamente em junho, com a venda de 37,5% das ações por R\$ 11,3 bilhões.

Sem os efeitos extraordinários, o lucro do segundo trimestre teria sido de R\$ 40,7 bilhões. O melhor resultado trimestral já apresentado pela companhia ocorreu no quarto trimestre de 2020, com lucro de R\$ 59,9 bilhões.

Aquele balanço, porém, foi fortemente influenciado por revisões em preços dos ativos que haviam sido rebaixados com a queda do preço do petróleo após o início da pandemia. Sem esse efeito, o lucro teria sido de R\$ 28,4 bilhões.

No segundo trimestre de 2021, a Petrobras continuou se aproveitando da boa geração de caixa para reduzir seu endividamento. A dívida bruta da companhia fechou o período em US\$ 63,7 bilhões (R\$ 337 bilhões, pelo dólar médio de venda do trimestre), bem perto da meta de US\$ 60 bilhões.

"É um prazer apresentar excelentes resultados operacionais e financeiros", disse, no balanço divulgado nesta quarta (4), o presidente da Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna, que assumiu a companhia em abril, já com o trimestre e andamento.

Com o resultado, a Petrobras se propõe a distribuir R\$ 31,6 bilhões em dividendos a seus acionistas. O valor será pago em duas parcelas, a primeira delas no dia 25, somando R\$ 21 bilhões. Com 28,67%

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 131/2021. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, ao Presídio de Malacacheta I - Pres-MCTI, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênicas-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. Abertura dia 17 de agosto de 2021, às 10h00 horas, no site eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas - 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 04 de agosto de 2021.

MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma de cobertura da UME Prefeito Oswaldo Justo, localizada na Rua Ana Saraiva, nº 125 - Chico de Paula - Santos/SP, mediante agendamento através do tel. (13) 3201-5150 com o Arq.º Roger Impropa Gerra Marins.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

AVISO DE EDITAL

A Comissão supramencionada, situada na Rua Dom Pedro II, nº 25 - 4º Andar - Centro - Santos, CEP 11.010-080, comunica, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Municipal nº 3.327/2016, está procedendo à seguinte licitação:

CONCORRÊNCIA Nº 13907/2021 - tipo menor preço

PROCESSO Nº 12480/2021-05

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma de cobertura da UME Prefeito Oswaldo Justo, localizada na Rua Ana Saraiva, nº 125 - Chico de Paula - Santos/SP, incluindo material, equipamentos e mão de obra.

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SIED)

Entrega dos envelopes: até às 11h00 do dia 09/08/2021, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações no local supramencionado.

Abertura dos envelopes: 09/08/2021 às 11h15 no mesmo local.

Vistoria Técnica Obrigatória: A vistoria técnica dar-se-á de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Rua Ana Saraiva, nº 125 - Chico de Paula - Santos/SP, mediante agendamento através do tel. (13) 3201-5150 com o Arq.º Roger Impropa Gerra Marins.

Cópia do Edital da Concorrência poderá ser consultada, a partir do dia 09/08/2021, no site da Prefeitura de Santos no link de licitações <http://www.santos.sp.gov.br/licitacoes> (necessar 13907/2021-Download)

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (013) 3201-5733 ou 3201-5165, ou através pelo e-mail: com1@sanatos.sp.gov.br, no horário das 09h00 às 15h00.

Santos, 04 de agosto de 2021.

Comissão Permanente de Licitações I

Dilmar Alves pepicelli@sp.gov.br - Presidente

CIDADE DE SÃO PAULO

SAÚDE

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE CENTRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, sediada na Rua Libero Badurá, 282, Centro - São Paulo - SP - CEP 01008-000, comunica aos interessados que acha-se aberta a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09CRS-C/2021 - Processo Eletrônico nº 6018.2021/0054803-6, de tipo MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL ANUAL, promovido para contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Limpeza Hospitalar e Predial, conservação, desinsetização, desinfestação, desmoldagem e jateamento incluindo áreas externas (pátios, estacionamento e arreamento), área verde (coleta de detritos), vidro (face interna e externa), com fornecimento de mão de obra especializada, saneantes e desinfestantes, materiais de consumo, utensílios, máquinas, apropriados ao objeto e equipamentos de limpeza incluindo a coleta de resíduo interno e externo predial e demais atividades correlatas, de acordo com as resoluções do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Autoridade Sanitária Local, segundo os parâmetros do Caderno de Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados - CADTERC, para atendimento das Unidades pertencentes das Superiores Técnicas de Saúde e áreas abrangentes da COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE CENTRO, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Anexo I do Edital e seus anexos. As propostas formuladas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br, na opção Pregão - Entrada Proposta, a partir de 04/08/2021, até a data e horário de abertura da sessão pública que será precedida pela CPL-1, também no mesmo endereço eletrônico, prevista para o dia 16/08/2021 às 10:00 horas, através da OC Nº 80101280102021000008. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na internet através dos sites <http://e-negociosidestadosp.prefeitura.sp.gov.br> e <http://www.bec.sp.gov.br> ou poderão ser adquiridos pelas interessadas no endereço acima, no horário das 09h00 às 19h00, até o último dia útil que anteceder a abertura, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância de R\$ 0,23 (vinte e três centavos) por folha, por meio da DAMSP que será fornecida pela Divisão de Administração e Finanças - DAF.

CAIXA MINISTÉRIO DA ECONOMIA **PÁTRIA AMADA BRASIL**

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA DA CAIXA EM BANANEIRAS, PB

A Caixa Econômica Federal toma público seu interesse na locação de imóvel pronto, em obra ou a construir localizado no município de Bananeiras, PB, na Rua Pedro Almeida até a Rua Frenético da Medeiros, OU da Rua Castro Pinto, 345 até a Rua Castro Pinto-345, OU da Av. João Pessoa até a Av. João Pessoa, Centro, no município de Bananeiras, PB. Deverá possuir documentação regularizada junto aos Órgãos Públicos, ter idade aparente inferior de 10 (dez) anos, no máximo, possuir área de aproximadamente 721 m², com platô mínimo de 3,5m, preferencialmente em um único pavimento (térreo), com vão interno livre de colunas. Deverá possuir sanitários e área de estacionamento conforme exigências da Prefeitura local. No caso de imóvel a construir, a construção deverá obedecer às normas de acessibilidade, à legislação do município referente ao uso do solo quanto a recuo, taxa de ocupação do terreno, vagas de estacionamento e demais normas aplicáveis. Os interessados deverão encaminhar carta proposta assinada contendo os dados para contato, endereço completo do imóvel, área construída em m², preço da locação por m² da área construída e preço mensal da locação, anexando planilhas bancas as respectivas áreas, cópia do Registro Geral de Imóveis (RGI), fotografias e mapa de localização comprovando que o imóvel ofertado se encontra dentro do raio de abrangência desta publicação e a manifestação sobre ser ou não responsável por execução de obra se houver necessidade de adaptação no imóvel. Caso isso ocorra, poderá ser solicitado nos termos do Edital. Os documentos devem ser enviados via e-mail ou entregues no seguinte endereço: Rua das Marombas, nº 20, 12º andar, Torre 3 Centro Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-120 (se forem físicos) ou para caixa@licitacao.gov.br (se forem digitais) e respeitando o lançamento máximo de 10MB, no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da data da publicação.

CAIXA MINISTÉRIO DA ECONOMIA **PÁTRIA AMADA BRASIL**

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA DA CAIXA EM BANANEIRAS, PB

A Caixa Econômica Federal toma público seu interesse na locação de imóvel pronto, em obra ou a construir localizado no município de Bananeiras, PB, na Rua Pedro Almeida até a Rua Frenético da Medeiros, OU da Rua Castro Pinto, 345 até a Rua Castro Pinto-345, OU da Av. João Pessoa até a Av. João Pessoa, Centro, no município de Bananeiras, PB. Deverá possuir documentação regularizada junto aos Órgãos Públicos, ter idade aparente inferior de 10 (dez) anos, no máximo, possuir área de aproximadamente 721 m², com platô mínimo de 3,5m, preferencialmente em um único pavimento (térreo), com vão interno livre de colunas. Deverá possuir sanitários e área de estacionamento conforme exigências da Prefeitura local. No caso de imóvel a construir, a construção deverá obedecer às normas de acessibilidade, à legislação do município referente ao uso do solo quanto a recuo, taxa de ocupação do terreno, vagas de estacionamento e demais normas aplicáveis. Os interessados deverão encaminhar carta proposta assinada contendo os dados para contato, endereço completo do imóvel, área construída em m², preço da locação por m² da área construída e preço mensal da locação, anexando planilhas bancas as respectivas áreas, cópia do Registro Geral de Imóveis (RGI), fotografias e mapa de localização comprovando que o imóvel ofertado se encontra dentro do raio de abrangência desta publicação e a manifestação sobre ser ou não responsável por execução de obra se houver necessidade de adaptação no imóvel. Caso isso ocorra, poderá ser solicitado nos termos do Edital. Os documentos devem ser enviados via e-mail ou entregues no seguinte endereço: Rua das Marombas, nº 20, 12º andar, Torre 3 Centro Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-120 (se forem físicos) ou para caixa@licitacao.gov.br (se forem digitais) e respeitando o lançamento máximo de 10MB, no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da data da publicação.

EMAIE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ nº 02.302.101/0001-42 - NIRE nº 353000153243

COMPANHIA ABERTA

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO R\$ 288.411.306,35

CONVOCAÇÃO

Ficam os Acionistas convocados para, na forma do disposto no Artigo 5º do Estatuto Social, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06 de setembro de 2021, às 11 horas, em sua sede social situada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85 - 16º andar, São Paulo - SP, de forma parcialmente digital, conforme Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 e alterada pela Instrução CVM nº 622 de 17/4/2020, deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Eleger o membro suplente do Conselho Fiscal para completar o mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022; e 2. Ratificar a eleição de membro do Conselho de Administração nos termos do Artigo 12 do Estatuto Social. **Informações gerais:** 1) Participação da AGOIE: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia sob qualquer das seguintes formas: a) Presencial: na sede da empresa, mediante apresentação de documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador. Preferencialmente, enviar a forma antecipada a documentação por e-mail para conferência; b) Virtual: por meio de sistema eletrônico que permite participar e votar. As orientações e os dados para conexão, incluindo a senha necessária para acesso, serão enviados aos Acionistas que, por e-mail, manifestarem o interesse por essa forma de participação e enviarem a documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador até às 11h00 do dia 03/09/2021; c) Voto à distância: os Acionistas de Voto à Distância (VDV) podem exercer o direito de participação e votar em sistema eletrônico (e-vote) por meio dos agentes de custódia, ou ao escriturador das ações da Companhia (Banco Bradesco), devendo o VDV ser recebido até o dia 30/08/2021, para a edição do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração e as instruções detalhadas para credenciamento e participação presencial ou remota estão à disposição dos acionistas na sede da Empresa e nos websites da FI da Companhia (<http://itemas.abn.com.br/pt>), de Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da R3 S.A. - Erel, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 175M/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2021/0071935-7 - TERMO DE REFERÊNCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA COM LOCAÇÃO DE ENXOVÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DETERMINADOS PELA CONTRATANTE - ENVOLVENDO O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ROUPAS E TECIDOS EM GERAL EM SUAS ETAPAS, DESDE SUA UTILIZAÇÃO ATÉ SEU RETORNO EM ADEQUADAS CONDIÇÕES DE REUSO, SOB SITUAÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS, PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS (UEs), PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO.

A Secretaria Municipal de Educação está realizando a Consulta Pública nº 175M/2021 em atendimento ao Decreto Municipal nº 48.042 de 26 de Dezembro de 2006, para colher subsídios que poderão ser utilizados na elaboração do Termo de Referência para a Prestação de Serviços de Lavanderia com Locação de Enxovão, nos padrões determinados pela CONTRATANTE, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em adequadas condições de reuso, sob situações higiênicas-sanitárias, para as Unidades Educacionais (UEs), pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Com esta Consulta Pública junto ao mercado, a Secretaria Municipal de Educação busca esclarecer o que segue:

1. O mercado com prestação de serviços condizantes ao objeto possuem relatório/sistema que visa o gerenciamento do enxovão local - Item 1 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO do Termo de Referência? E possível ter controle com login e senha?
2. Quais os pesos estimados para fornecimento de cada peça do enxovão - Item 2 RELAÇÃO DO ENXOVÃO DE ROUPAS DISPONÍVEL do Termo de Referência - solicitado no objeto?

O Termo de Referência está disponível para exame e eventuais sugestões até às 16h do dia 11/08/2021, no site e-negociosidestadosp.prefeitura.sp.gov.br e na SME/COMPIS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - 316 - Vila Clementino.

As eventuais sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail solicitacao@prefeitura.sp.gov.br, por fax (11) 3395-0312 ou protocoladas no endereço supra, dentro do prazo e horário estipulados.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 505M/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2021/0004693-9 - Contratação de empresa para execução de serviços de conservação e limpeza de instalações prediais, áreas internas e externas de 05 (cinco) Centros Educacionais Unificados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, através de sua Coordenadoria de Compras, vem por meio deste comunicar que, a Sessão de Licitação referente ao Pregão em epígrafe será adiada para o dia 13/08/2021, às 09h30, tendo em vista a modificação no documento disponibilizado em Edital referente ao modelo de Proposta de Preços (Anexo II) e a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços (Anexo VI), na qual foi feita a alteração da célula R18 para T18, corrigindo assim a produtividade do Teatro (m²), e readequando do Item 6.1.3 do Anexo I, conforme Termo de Referência disposto em documento SEI nº 047238608. Os demais Termos de Referência permanecerão inalterados.

O Edital e Anexo poderão ser obtidos, até o último dia que antecede a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de *per-para* para gravação na COMPIS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - 316 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site www.compras.prefeitura.sp.gov.br e <http://e-negociosidestadosp.prefeitura.sp.gov.br>, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

São Paulo, 04 de agosto de 2021

Luiz Augusto de Moraes Lustre
Presidente do Conselho de Administração

Concursos Concreto & Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 06.262.453/0004-15 declara que solicitou análise de Estudo de Impacto de Vizinhania por construção a Prefeitura Municipal de Cubatão, para a atividade de preparação de massa de concreto unificado para construção civil, localizada no Caminho dos Pilões, 100 - Bairro Fabril, Cubatão/SP, na data de 03 de agosto de 2021. O EIV em seu inteiro teor encontra-se a disposição para consulta dos interessados junto à Secretaria da municipal de Planejamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.042/2021 (COTA EXCLUSIVA PARA ME/PP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão, o Pregão Eletrônico nº 16.042/2021 - Processo nº 23.918/2021-71, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de escadas de aço inox 02 (dois) degraus, a serem utilizadas nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Secretaria Municipal de Gestão - SEGES e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEDS, conforme descrição constante no Anexo I - Termo de Referência, do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 18/08/2021, às 09:30h e a disputa de lances ocorrerá em 18/08/2021, às 10:30h.

O Edital, na íntegra, encontra-se disponível a partir de 05/08/2021, no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "Licitações-SP". Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefones (13)3201-5011 / 3201-5741 ou e-mail com1@sanatos.sp.gov.br.

Santos, 04 de agosto de 2021

ELIANA OLIVEIRA AMORIM
COORDENADORA DE LICITAÇÕES - COLIC

CIDADE DE SÃO PAULO

EDUCAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 175M/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2021/0071935-7 - TERMO DE REFERÊNCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA COM LOCAÇÃO DE ENXOVÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DETERMINADOS PELA CONTRATANTE - ENVOLVENDO O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ROUPAS E TECIDOS EM GERAL EM SUAS ETAPAS, DESDE SUA UTILIZAÇÃO ATÉ SEU RETORNO EM ADEQUADAS CONDIÇÕES DE REUSO, SOB SITUAÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS, PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS (UEs), PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO.

A Secretaria Municipal de Educação está realizando a Consulta Pública nº 175M/2021 em atendimento ao Decreto Municipal nº 48.042 de 26 de Dezembro de 2006, para colher subsídios que poderão ser utilizados na elaboração do Termo de Referência para a Prestação de Serviços de Lavanderia com Locação de Enxovão, nos padrões determinados pela CONTRATANTE, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em adequadas condições de reuso, sob situações higiênicas-sanitárias, para as Unidades Educacionais (UEs), pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Com esta Consulta Pública junto ao mercado, a Secretaria Municipal de Educação busca esclarecer o que segue:

1. O mercado com prestação de serviços condizantes ao objeto possuem relatório/sistema que visa o gerenciamento do enxovão local - Item 1 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO do Termo de Referência? E possível ter controle com login e senha?
2. Quais os pesos estimados para fornecimento de cada peça do enxovão - Item 2 RELAÇÃO DO ENXOVÃO DE ROUPAS DISPONÍVEL do Termo de Referência - solicitado no objeto?

O Termo de Referência está disponível para exame e eventuais sugestões até às 16h do dia 11/08/2021, no site e-negociosidestadosp.prefeitura.sp.gov.br e na SME/COMPIS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - 316 - Vila Clementino.

As eventuais sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail solicitacao@prefeitura.sp.gov.br, por fax (11) 3395-0312 ou protocoladas no endereço supra, dentro do prazo e horário estipulados.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 505M/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2021/0004693-9 - Contratação de empresa para execução de serviços de conservação e limpeza de instalações prediais, áreas internas e externas de 05 (cinco) Centros Educacionais Unificados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, através de sua Coordenadoria de Compras, vem por meio deste comunicar que, a Sessão de Licitação referente ao Pregão em epígrafe será adiada para o dia 13/08/2021, às 09h30, tendo em vista a modificação no documento disponibilizado em Edital referente ao modelo de Proposta de Preços (Anexo II) e a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços (Anexo VI), na qual foi feita a alteração da célula R18 para T18, corrigindo assim a produtividade do Teatro (m²), e readequando do Item 6.1.3 do Anexo I, conforme Termo de Referência disposto em documento SEI nº 047238608. Os demais Termos de Referência permanecerão inalterados.

O Edital e Anexo poderão ser obtidos, até o último dia que antecede a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de *per-para* para gravação na COMPIS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - 316 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site www.compras.prefeitura.sp.gov.br e <http://e-negociosidestadosp.prefeitura.sp.gov.br>, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Atitudes sustentáveis mudam o mundo. Esse é o nosso compromisso com as nossas cidades, o nosso país e o nosso planeta.



Política monetária. Foi o quarto aumento seguido da taxa, e o Copom já indicou nova puxada de 1 ponto na sua reunião de setembro; além da escalada dos preços ao consumidor, comunicado voltou a citar o 'risco fiscal elevado', com efeitos sobre a expectativa de inflação

Para conter inflação 'persistente', BC acelera alta da Selic, que vai a 5,25%

Fabrizio de Castro
Eduardo Rodrigues / BRASILIA

Após insistir durante meses no discurso de que a escalada da inflação era temporária, o Banco Central admitiu ontem que a alta dos preços "continua se revelando persistente". Para tentar segurar a inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu acelerar o ritmo de alta da Selic (a taxa básica de juros) e anunciou um aumento de 1 ponto percentual, de 4,25% para 5,25% ao ano.

Esta foi a quarta alta consecutiva dos juros, sendo que nas três semanas anteriores o BC havia subido a taxa em 0,75 ponto por-

centual. Há 18 anos, desde fevereiro de 2003, os juros não subiam de uma só vez 1 ponto. Mais do que acelerar o processo, o BC já sinalizou que em setembro aplicará aumento na mesma magnitude, para 6,25% ao ano.

Na economia, manter os juros em patamares mais altos é uma estratégia para controlar o avanço da inflação. No entanto, taxas elevadas significam que o custo para a tomada de crédito também tende a crescer – justamente em um momento em que a atividade econômica tenta se recuperar da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Desde o segundo semestre do ano passado, a alta dos valores das commodities no mercado in-

ternacional – como soja e milho – tem elevado o custo dos alimentos no mercado interno. Para piorar, os preços dos combustíveis também vêm contribuindo para o avanço do IPCA – o índice oficial de inflação, que nos 12 meses até junho subiu 8,35%. Mais recentemente, a estagnação em diversas regiões do País elevou os custos da energia elétrica, enquanto a queda provocada pelo frio aumentou a pressão sobre os alimentos.

Este conjunto de fatores fez o BC mudar sua avaliação. Em maio, a instituição ainda defendia a ideia que os choques de preços de alimentos e energia elétrica eram "temporários". No comunicado de ontem, no entanto, a instituição traçou um cenário

● Preços em alta
"A inflação ao consumidor continua se revelando persistente. Os últimos indicadores divulgados mostram composição mais desfavorável."
TRECHO DE COMUNICADO DO BC

mais pessimista. "A inflação ao consumidor continua se revelando persistente. Os últimos indicadores divulgados mostram composição mais desfavorável", reconheceu o BC – que destacou ainda a maior pressão na área de serviços, com o fim das medidas de restrição social.

Outro fator que vem sendo ci-

tado pelos economistas do mercado financeiro também foi mencionado pelo BC: a sustentabilidade das contas públicas. No comunicado de ontem, o Copom voltou a dizer que o "risco fiscal elevado" é um fator para o aumento de preços no Brasil.

Desde a semana passada, a visão no mercado financeiro é de que o risco fiscal aumentou após o Ministério da Economia ter dito que não há espaço, no Orçamento, para o pagamento de R\$ 90 bilhões em precatórios em 2022. A ideia do governo é propor parcelamento de uma parte desses débitos em até dez anos.

"As fortes pressões inflacionárias recentes, especialmente aquelas provenientes da crise

hídrica, recomendavam uma atuação mais firme da autoridade monetária", disse o economista-chefe da corretora Orama, Alexandre Espírito Santo, que também citou os "ruídos fiscais".

No comunicado, o BC também atualizou seus cálculos para a inflação. A projeção para o IPCA de 2021 passou de 5,8% para 6,5%. O percentual está bem acima dos 3,75% perseguidos pela própria instituição. No caso de 2022, a expectativa seguiu em 3,6% – exatamente na meta buscada.

Leia mais sobre os efeitos na economia e nos investimentos
Págs. B3 e B4

Banco Daycoval S.A. | CNPJ 02.232.869/0001-90 | Companhia Aberta - Categoria II

Banco Daycoval

Balança 1º semestre 2021

Great Place To Work
Certificado
MELHOR LOCAL DE TRABALHO
MARE

Sólido há mais de 50 anos. Inovador a cada dia.

Carteira de Crédito
Ampliada (R\$ Bilhões)

Empresas
R\$ 30,5 bilhões

Varejo
R\$ 9,5 bilhões

Captação Total
(R\$ Bilhões)

Patrimônio Líquido
(R\$ Bilhões)

As operações de crédito para empresas resultaram em crescimento de 6,8% no 2T21 em comparação ao primeiro trimestre.

Lucro Líquido Recorrente
(Milhões)

R\$ 663,3

Ativos Totais (Bilhões)

R\$ 53,6

Índice de Eficiência Recorrente

27,8%

Retorno sobre PL Recorrente

27,5%

Índice de Basileia

13,9%

Colaboradores

2.841

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balancos patrimoniais levantados em 30 de junho de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	ATIVO		PASSIVO	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades	273.900	256.916	44.723.396	33.052.796
Balanços no Banco Central do Brasil	197.296	96.958	14.562.759	9.050.617
Relações interfinanceiras	4.521	4.606	2.704.850	1.828.932
Instrumentos financeiros	59.722.484	37.841.178		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.351.488	7.810.148	No Brasil	16.273.512
Títulos e valores mobiliários	9.396.245	3.263.080	No Exterior	2.335.238
Derivativos	944.243	1.482.091	Obrigações por empréstimos	6.483.594
Carteira de crédito	26.654.074	17.554.706	Obrigações por passivos do país - instituições oficiais	145.694
Operações de crédito	1.139.826	1.050.367	Outras subordinadas	459.665
Arrendamento mercantil financeiro	427	259	Derivativos	389.809
Arrendamento mercantil operacional			Carteira de câmbio	2.238.096
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.814.974	4.124.922	Relações interfinanceiras e interdependências	161.189
Cartões de crédito	3.421.207	2.546.602	Provisão para riscos	1.927.954
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.597.187)	(1.369.218)	Relações para garantias financeiras prestadas	46.851
Ativos fiscais correntes e diferidos	1.729.726	1.362.962	Obrigações fiscais diferidas	1.055.538
Devedores por depósitos em garantias de contingências	1.536.432	1.411.289	Outras obrigações	465.862
Outras créditos	332.794	235.727	Resultado de exercícios futuros	106.826
Outros valores e bens	126.262	198.478	Participação de minoritários	1.029
Investimentos	97.796	89.769	Patrimônio líquido	5.153.635
Imobilizado de uso	68.822	72.523		
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	109.207	112.537		
Intangível	304	365		
Total do ativo	53.642.290	40.221.254	Total do passivo	53.642.290

Demonstrações do resultado
para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	2.278.602	3.880.521
Despesas da intermediação financeira	(82.120)	(2.078.806)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.196.482	1.801.715
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(262.957)	(259.827)
Resultado da intermediação financeira	1.933.525	1.541.878
Outras receitas / despesas operacionais	(581.025)	(446.028)
Resultado operacional	1.352.499	1.095.182
Resultado não operacional	31.081	(3.925)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.383.571	1.091.257
Imposto de renda e contribuição social	(574.545)	(378.668)
Participações no resultado	(75.677)	(57.506)
Participação de minoritários	(11)	(15)
Lucro líquido do semestre	733.338	655.063

A íntegra das Demonstrações Contábeis auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, sem ressalvas, encontra-se disponível no site <https://www.daycoval.com.br>

daycoval.com.br

1 of 1

05/08/2021 10:17

Opinião

Inferno Fiscal (parte II)

ERVARDO MACIEL



Em artigo veiculado em 1.º de julho (*Inferno Fiscal, parte I*), apontei inconsistências no Projeto de Lei nº 2.337/2021, especialmente o pífio reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas, que assegura, quando muito, dinheiro para comprar 1 kg de pão francês por mês e garfa acinzentados os contribuintes da classe C; e a tributação de dividendos, que traduz um retrocesso evidenciado por uma (espantosa e assustadora) elevação de carga tributária das médias, pequenas e microempresas, aumento da complexidade, estímulo à litigiosidade e um convite à sonegação, com avoltação das insidias distri-

buição disfarçada de lucros, e ao planejamento tributário abusivo.

A indisposição com a tributação de dividendos tem a mesma origem da estapafúrdia defesa do voto impresso: insciência. Nessa esteira, não tinha alguém propar a volta das declarações de renda em papel. Como dizia Nelson Rodrigues, "subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos".

A proposta original congrega uma rara oposição de praticamente todos os contribuintes. As diferentes versões do substitutivo dissiparam algumas reações, especialmente de grandes contribuintes, mas promoveram desencanto generalizado dos Estados e dos municípios, dos optantes (também eleitores) do lucro presumido e do Simples (5 milhões de contribuintes), das mineiras e da indústria farmacêutica.

O desencanto dos Estados e

dos municípios decorre da previsão de graves perdas na arrecadação do IR, repercutindo nos respectivos Fundos de Participação, importante fonte de financiamento daqueles entes federativos.

Para tentar aplacar a reação daqueles entes, o substitutivo previu que a redução da alíquota do Imposto de Renda das pessoas jurídicas (IRPJ) ficaria condicionada ao crescimento real da arrecadação do Imposto de Renda total, deduzidas as restituições, no período de 12 meses, contado de outubro do exercício anterior.

Pondera, entretanto, que "o parâmetro estabelecido considere a arrecadação em período anterior à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (covid-19) e seja neutro em relação aos seus efeitos extraordinários na arrecadação". Creio que essa norma é forte concorrente ao Prêmio Ig Nobel de

(má) redação, além de afrontar a inteligência dos secretários de Fazenda e inviabilizar o planejamento empresarial de curto prazo, porque somente em dezembro, em hipótese otimista, seria possível conhecer a alíquota aplicável no exercício subsequente.

O substitutivo manteve a pretensão de extinguir os juros remuneratórios do capital próprio, instituído pioneiramente no Brasil, após a eliminação da dedutibilidade da correção monetária do patrimônio líquido, com a vantagem de mitigar as desvantagens tributárias do capital de risco vis-à-vis os empréstimos. Essa insensatez foi brilhantemente desconstruída em artigos subscritos pelos professores Eliseu Martins (*O Brasil perdendo sua saúde liderança na tributação empresarial*) e Luis Eduardo Schoueri (*Sobre a extinção dos juros sobre o capital próprio: já utilizamos o crescimento na Europa?*). Nada tenho a acrescentar.

O substitutivo é, também, uma usina de potenciais litígios, entre os quais: tributação de dividendos não distribuídos

e do estoque de fundos de investimentos, em que se pode alegar a vedação constitucional à retroatividade onerosa da norma tributária; tributação dos resultados distribuídos pelos optantes do Simples, procedendo-se à alteração por lei ordinária de dispositivo contido na Lei Complementar nº 123, e sem considerar a restrição estabelecida na Emenda Constitucional nº 109 (art. 4.º, parágrafo 2.º, inciso IV); apuração do excêntrico "parâmetro" que iria balizar a redução das alíquotas do IRPJ.

Trata-se da mais impressionante proposta de desorganização empresarial do País, ao mesmo tempo que desvia atenção do enfrentamento da inflação e, agravado pela explosão das despesas com precatórios, do risco fiscal. Em outras palavras, irresponsabilidade.

* CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL (1995-2002)

Precatórios fatiados dão folga a gastos

Parcelamento proposto, que gerou reações no mercado e entre governadores, favoreceria o governo com 'sobra' no teto em ano eleitoral

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

A proposta do governo para parcelar o pagamento de precatórios (valores devidos pelo poder público após sentença definitiva na Justiça) pode ampliar a folga para novos gastos em 2022. A medida deixaria a despesa com as dívidas judiciais em R\$ 7,8 bilhões menor do que o previsto para este ano – um espaço novo e que poderá ser direcionado a outras áreas.

Os valores constam em esclarecimentos prestados pelo próprio governo sobre o texto que foi enviado pelo Ministério da Economia ao Palácio do Planalto, onde a proposta passa por ajustes e revisões finais.

Na prática, a conta mostra que a proposta vai além de disparar um "missil" contra o "meteo" dos precatórios, como disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao tratar do problema. Ao reduzir a despesa total com os precatórios de um ano para o outro, a medida cria espaço fiscal adicional para o governo acomodar outros gastos em ano eleitoral. O presidente Jair Bolsonaro tem planos para reforçar políticas sociais e incentivar a geração de empregos para tentar estancar sua perda de popularidade e impulsionar sua campanha à reeleição.

A PEC que está sendo elaborada pelo governo deve chegar hoje ao Congresso e já sofre resistências porque deixará credores da União, incluindo empresas e governos estaduais, na fila de espera por anos a fio.

Neste ano, o governo estima que o gasto com precatórios ficará em R\$ 55,4 bilhões. Em 2022, sem a PEC, a despesa subiria a R\$ 89,1 bilhões.

A proposta do governo é fixar duas regras de parcelamento das dívidas judiciais. Para débitos acima de R\$ 66 milhões, a possibilidade de pagar em dez prestações anuais seria permanente. Para débitos de R\$ 66 mil a R\$ 66 milhões, valerá uma regra temporária (até 2022) que permitiria o parcelamento nas mesmas condições sempre que o gasto total com precatórios fosse superior a 2,6% da receita corrente líquida.

No esclarecimento do governo, é informado que as duas regras juntas devem reduzir o comprometimento com despesas em R\$ 41,5 bilhões, na comparação com o valor inicialmente previsto. Com isso, a despesa com precatórios em 2022 ficaria em R\$ 47,6 bilhões – R\$ 7,8 bilhões a menos que o programado para 2021.

Segundo uma fonte da área econômica, a diferença "abre espaço para qualquer coisa" e poderia até se aproximar a R\$ 10 bilhões, mas os números ainda podem ser recalculados. Antes mesmo do estouro do problema dos precatórios, já havia pressão pela concessão de reajustes a servidores públicos e ampliação de investimentos.

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

SÁBADO, 07/08, ÀS 9h15. ESTA E OUTRAS GRANDES OPORTUNIDADES: IMPERDÍVEL

AUDI RS4 AV 2.9TFSI 19/19



SOMENTE ONLINE
www.sodresantoro.com.br

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSA AGORA.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE



Munição. O "missil contra o meteo" das dívidas, dito por Guedes, também é arma eleitoral

Manobra R\$ 7,8 bi
é o quanto a despesa com precatórios em 2022 ficaria menor do que a de 2021, alcançando no ano R\$ 47,6 bi, enquanto sem parcelamento iria para quase o dobro: R\$ 89,1 bi

"Fatura". Nos bastidores, há também a avaliação de que a negociação pela aprovação da PEC pode acabar gerando uma "fatura" de promessas de emendas aos parlamentares que votarem de forma favorável à iniciativa. O espaço seria crucial para acomodar esses interesses.

As emendas também poderiam, nesse caso, servir como

forma alternativa de os parlamentares irrigarem seus reduções com recursos em ano eleitoral, considerando que muitos Estados serão atingidos pelo parcelamento dos precatórios.

Dos R\$ 89 bilhões em dívidas judiciais, pelo menos R\$ 16,6 bilhões têm governos estaduais como credores. A Bahia, governada por Rui Costa (PT), tem

sozinha R\$ 8,7 bilhões a receber de precatórios da União em 2022. Com a aprovação da PEC, o valor pago à vista cairia a R\$ 13 bilhão. Pernambuco, Ceará, Maranhão e Paraná também estão entre os potenciais afetados. A maior parte é governada por opositores de Bolsonaro.

Como mostrou o *Estado/Broadcast*, os Estados se mobilizam numa ofensiva no Congresso para evitar o parcelamento dos precatórios devidos pela União. Por trás desse imbróglio, há um cálculo político do governo federal de não querer encher o caixa de governadores adversários em ano de eleição, sobretudo no Nordeste.

Com o espaço adicional no Orçamento, algumas fontes do governo têm considerado que a criação do chamado Fundo Brasil, a ser abastecido com recursos de privatizações e venda de ativos e que poderia bancar despesas fora do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à inflação), seria algo secundário e pode até acabar caindo durante a tramitação no Congresso. O foco principal seria o parcelamento dos precatórios.

Governo está sem espaço para Bolsa a R\$ 400

Eduardo Rodrigues | BRASÍLIA

Mesmo se conseguir mudar a Constituição para parcelar as dívidas de precatórios (valores devidos empresas e pessoas físicas após sentença definitiva na Justiça) em 2022, o governo não trabalha com a possibilidade de aumentar o Bolsa Família para R\$ 400, como cogitou o presidente Jair Bolsonaro esta semana.

A medida provisória que cria o rebatizado Auxílio Brasil está pronta e será enviada ao Congresso sem estabelecer um novo valor para o benefício, porque depende do espaço no teto de gastos (a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação) a ser aberto pela PEC dos Precatórios.

Integrantes do governo têm enfatizado que não há plano B: sem o parcelamento dos R\$ 90 bilhões de precatórios previstos para o próximo ano, não haverá condições para dar aumento nenhum para o Bolsa Família em 2022, ano de eleições. Mais do que isso, despesas correntes como o pagamento dos salários do funcionalismo e, até mesmo, benefícios previdenciários poderiam ficar ameaçadas pelo gasto judicial – classificado no começo da semana pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como um "meteo".

Por isso, o governo foi obrigado a recuar do anúncio de novos valores para o programa social. No Auxílio Brasil, cujo nome pega carona na marca do auxílio emergencial, o benefício médio deveria passar dos atuais R\$ 190 para algo entre R\$ 270 e R\$ 300. Mesmo se a PEC dos Precatórios for aprovada pelo Congresso, a equipe econômica ainda trabalha com esses valores.

Promessa. Nesta semana, Bolsonaro disse que o governo estaria fazendo esforços para dar um aumento de até 100% no Bolsa Família, para algo próximo de R\$ 400, mas fontes ouvidas pelo *Estado/Broadcast* admitiram que esse reajuste é inexecutável. Mesmo com o parcelamento dos precatórios, não haveria espaço dentro do teto de gastos para um aumento maior que os R\$ 300 que já vinham sendo discutidos.

Mesmo assim, Bolsonaro voltou a repetir a promessa ontem. "Tenho de ser cauteloso (com recursos), mas vamos levar o Bolsa Família no mínimo para R\$ 300, podendo chegar a R\$ 400", afirmou à Rádio 96 FM, de Natal (RN). Ele disse que o novo programa deve entrar em vigor em novembro ou dezembro, coincidindo com o fim do auxílio emergencial. A lei eleitoral proíbe a reformulação do Bolsa Família em 2022.

Negócios

Em alta. Estatal é beneficiada por retomada do consumo dos combustíveis, após relaxamento de restrições, e pela recuperação do preço do petróleo, que ultrapassou os US\$ 70; projeção do mercado era de que o lucro líquido da companhia chegasse a R\$ 25 bilhões

Petrobras reverte prejuízo e tem lucro de R\$ 42,8 bilhões no segundo trimestre

Fernanda Nunes
Denise Luna | RIO

A Petrobras anunciou ontem os seus resultados no segundo trimestre e superou o mercado, com um lucro de R\$ 42,8 bilhões, revertendo um prejuízo de quase R\$ 3 bilhões no mesmo período do ano passado.

Alguns fatores explicam esse resultado positivo: a alta do consumo de combustíveis, com menos restrições causadas pela pandemia; o aumento do preço do barril de petróleo, que ultrapassou o patamar de US\$ 70; e a valorização do real frente ao dólar, o que impactou diretamente no endividamento da empresa, a maior parte dela dolarizada.

A receita da companhia subiu para R\$ 110,7 bilhões, mais do que o dobro do resultado registrado entre abril e junho do ano passado.

Em um breve comentário do resultado, o presidente da companhia, general Joaquim Silva e Luna, salientou o caráter técnico, e não político da empresa. "Continuamos trabalhando duro, amparados em decisões absolutamente técnicas, evoluindo e tornando-nos mais fortes para melhor investir, suprir um

mercado cada vez mais exigente e gerar prosperidade para nossos acionistas e para a sociedade", afirmou.

Apesar da declaração, o presidente Jair Bolsonaro acenou recentemente para um subsídio da estatal ao botijão de gás, produto que tem tido seguidas altas e gerado desgast ao Planalto.

O resultado do segundo trimestre veio acima do esperado pelo mercado. A projeção era de lucro líquido de R\$ 25 bilhões, segundo a média de quatro casas (BTG Pactual, Itaú BBA, Santander e Credit Suisse) e do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), ouvidos por *Estado*/Broadcast.

Com esse resultado, a Petrobras debita para trás o "fantasma" da covid-19. Em igual período do ano passado, a empresa amargou o pior momento da crise, diante de um cenário próximo de queda do petróleo e do consumo interno simultaneamente. Na época, a única venda da petrolífera que se manteve em alta foi a de gás de cozinha, por causa da corrida da população para estocar produtos essenciais.

O segundo trimestre deste ano já reflete a flexibilização



Produção. Plataforma na Baía de Santos: estatal também é beneficiada por decisão do STF

das medidas de isolamento social e enfrentamento da pandemia. O comércio de óleo diesel usado em caminhões, subiu novamente no crescimento do setor agrícola. O volume comercializado cresceu 28,8% comparado a igual período de 2020. E, mesmo em relação ao trimestre anterior, houve um avanço de 11,4%. As vendas de gasolina

também cresceram - 36,9% e 12,7%, considerando a mesma base de comparação.

"A Política de Paridade Internacional impactou positivamente o resultado da empresa, apesar de um maior espaçamento entre os reajustes a partir da posse do Silva e Luna. Com relação às exportações, importante destacar que a empresa ven-

Balanco trimestral 'NYT' anuncia ter alcançado 7,9 milhões de assinaturas. Pág. B16

do sucesso na estratégia de diversificar os mercados, diminuindo a dependência em relação ao mercado chinês", avaliou Henrique Jager, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

Justiça. A Petrobras ainda foi favorecida por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu a parcela de ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins cobrados na venda dos seus produtos. Isso rendeu à empresa uma receita extraordinária de R\$ 4,8 bilhões.

No trimestre, também pesaram a favor a venda da BR Distribuidora e o pagamento de uma parcela da participação remanescente de 10% da NTS ao fundo de investimento gerido pela Brookfield e pela Itautá, atuais controladores da empresa operadora de gasodutos.

"O recebimento de valores referentes a estas transações, juntamente com o adiantamento recebido pelas assinaturas dos polos Peroá, Miranga e Alagoas e dos campos de Papa-Terra e Rabo Branco, resultaram em uma entrada de caixa de US\$ 2,8 bilhões até 3 de agosto", informou a empresa.

Comunicado
"Continuamos trabalhando duro, amparados em decisões técnicas para gerar prosperidade para nossos acionistas e a sociedade."
Joaquim Silva e Luna
PRESIDENTE DA PETROBRAS

EMPRESA MARIQUENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 39/2021 - CSLEMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112.97.2021 - EMSERH

OBJETO: Contrata o objeto desta CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, TIPO DIVERSOS XE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES ADMINISTRADAS PELA EMPRESA MARIQUENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

DATA DA ABERTURA: 17/08/2021, às 09h, horário de Brasília-DF.

Local de Realização: Sistema Lotações e www.lotacoes.com.br
E-mail e demais informações disponíveis em www.ensah.mg.gov.br e www.lotacoes.com.br

Informações adicionais serão prestadas na CSLEMSERH localizada na Av. Bortolomeo, 04-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís-MA, pelo e-mail: csle@ensah.mg.gov.br ou pelo telefone: (98) 3238-7333.

São Luís (MA), 30 de julho de 2021
Maíra Rodrigues Cordeiro Lobão
Agente de Licitação da EMSERH

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.368/2021 - SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE APARELHO DE ACADEMIA AN LIME, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estão à disposição dos interessados nos endereços: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - E-mail: licitacao@osasco.sp.gov.br

Propostas de Preços pelo site: www.comprasnet.gov.br com DATA DO INÍCIO DO PREGÃO PARA ENVIO DA PROPOSTA EM 18/08/2021 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/08/2021 às 10h00min.

Osasco, 03 de agosto de 2021.
Meire Regina Hernandez - Secretária Executiva de Compras e Licitações -

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JULIO DE MESQUITA FILHO
Ribeirão Preto

PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

Encontra-se aberto na PRORTECA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP - Ribeirão Preto no endereço eletrônico: www.unesp.br o Edital nº 102/2021 (02/2020), de proposta eletrônica de aquisição de veículo automotor de representação. A realização do sessão pública "on line" será no dia 18/08/2021, às 10h00 horas, junto aos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e [102/2021\(02/2020\)](http://102/2021(02/2020)). As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para um dos citados endereços eletrônicos, durante o período compreendido entre o dia 05/08/2021 até o dia 17/08/2021 para a abertura da sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados para a Sessão Técnica de Matrícula da Prefeitura da Ribeirão Preto, sito à Rua Caetano de Andrade, nº 215 - 2º Andar - Centro, São Paulo/SP - CEP: 01.049-010. O Edital na íntegra encontra-se nos endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br, www.inegoospublicos.com.br, e www.unesp.br/licitacao.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021 - FAVZ - PROCESSO Nº 11.104/21 DA EMPRESA COMPAR: 0011100200021000034, Filial/Unidade de Referência: Unidade de Referência: Unidade de Referência: Unidade de Referência: Unidade de Referência: UNESP - FAVZ, de acordo com o Edital e seus Anexos que estão à disposição dos interessados nos endereços: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.usp.br - E-mail: licitacao@usp.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA ABERTURA: 18/08/2021, às 09h, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Lotações e www.lotacoes.com.br

Edital e demais informações estão disponíveis em www.ensah.mg.gov.br e www.lotacoes.com.br

Informações adicionais serão prestadas na CSLEMSERH localizada na Av. Bortolomeo, 04-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís-MA, no horário de 09h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelo e-mail: csle@ensah.mg.gov.br ou www.lotacoes.com.br ou pelo telefone: (98) 3238-7333.

Prefeitura de Fortaleza

ERRATA AO TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO PE 191/2021

No Termo de Referência, oriundo do Pregão Eletrônico nº 191/2021, destinado seleção de empresa para o registro de preços visando aquisições futuras e eventuais de café e açúcar, para atender as necessidades dos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, de acordo com as especificações e quantitativos contidos no Anexo 1 - Termo de Referência da Edital, para o período de 12 meses.

Onse se há no Termo de Referência Item 6.4.1:
6.4.1. O produto deverá ter o prazo de validade de, no mínimo, 06 (seis) meses, a contar da data de recebimento do mesmo.

Onse se há no Termo de Referência Item 6.4.1:
6.4.1. O produto deverá ter o prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento do mesmo.

Fortaleza, 16 de julho de 2021
Marcelo Jorge Borges Pinheiro
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EMPRESA MARIQUENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 39/2021 - CSLEMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99.790/2021 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento Medicamentos de Formas Farmacológicas Diversas para atender às necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Mariquense de Serviços Hospitalares - EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA ABERTURA: 18/08/2021, às 09h, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Lotações e www.lotacoes.com.br

Edital e demais informações estão disponíveis em www.ensah.mg.gov.br e www.lotacoes.com.br

Informações adicionais serão prestadas na CSLEMSERH localizada na Av. Bortolomeo, 04-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís-MA, no horário de 09h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelo e-mail: csle@ensah.mg.gov.br ou www.lotacoes.com.br ou pelo telefone: (98) 3238-7333.

São Luís (MA), 30 de julho de 2021
Vinícius Brousier Diego Fontes
Agente de Licitação da CSLEMSERH

ANVOS DE LICITAÇÕES

LI SABESP RPA 02663/21 - Aquisição de transformadores para aplicação nas instalações no âmbito do ROPFZ - RG - Franca/SP - Edital completo disponível para download a partir de 05/08/2021 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no endereço: cadastre.suaempresa.com.br - Problemas e/ou site, contatar fone: (011) 3388-8984. Envio das Propostas a partir das 09h00 (zero hora) do dia 18/08/2021 até às 09h00 do dia 19/08/2021, no site acima, por empresas que possuam senha de acesso, às 09h01 do dia 19/08/2021, será dado início a sessão pública pelo Pregoeiro. Dossê final para vistas Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4951, das 08-11h-15-16hs. Franca, 05/08/2021-UNESP.

LI SABESP MT 02742/21 - Aquisição de medidores portáteis multiparametros para o Sistema Eauvivi e Parque Novo Mundo, da unidade de negócios de Tratamento de esgoto da metropolitana MT. Edital completo disponível para download a partir de 04/08/2021 - www.sabesp.com.br/licitacoes - mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso cadastre sua empresa fone: (11) 3388-6493 - Problemas e/ou site, contatar fone: (011) 3388-9332, ou informações: Av. do Estado, 561. Envio de "Proposta" a partir das 09h00 (zero hora) do dia 18/08/2021 até às 08:59 do dia 19/08/2021, no site da Sabesp: www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09h00 do dia 19/08/2021 será dado início a sessão pública pelo Pregoeiro. SP 04/08/2021 - MT.

PG SABESP MO 01302/21 - Aquisição de gerador de energia à diesel portátil - UN Oeste MO, Diretoria Metropolitana M. Edital Completo disponível para "download" a partir de 05/08/2021 no site www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e Credenciamento (condicionante à participação) no acesso "cadastre sua empresa". Problemas e/ou site, tel: (11) 3388-8046, 3388-9332. Informações: Osbaldo (11) 3388-6557. Envio das "Propostas" a partir das 09h00 de 05/08/2021 até 09h00 de 23/08/2021, no site acima. As 09h00 será dado início à Sessão Pública. SP 05/08/21 - UN Oeste MO.

PG SABESP ML 02280/21 - Prestação de serviços de engenharia para fragagem, reaparelhamento asfáltico, nivelamento do poço de visita e reconstrução de sinalização horizontal, nas ruas de UN Leste M, da Diretoria Metropolitana M. Envio das "Propostas" a partir das 09h00 (zero hora) do dia 18/08/2021 até às 09h00 do dia 19/08/2021, no site da Sabesp: www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09h01 será dado início a sessão Pública pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes permanentemente abertos através do site acima. O edital completo será disponibilizado a partir de 05/08/2021 para consulta e download, no site da SABESP na Internet www.sabesp.com.br/licitacoes mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas e/ou site contatar fone: (11) 3388-9619. SP 05/08/2021 - UN Leste.

PG SABESP MM 02243/21 - Aquisição de pedra britada nº 1 (4,8 a 12,5 mm) - Superintendência de Manutenção Estruturas MM. Recolimento das Propostas a partir das 09h00 (zero hora) do dia 18/08/2021 até às 09h00 do dia 19/08/2021, no site da SABESP na Internet www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Abertura das Propostas às 09h00 do dia 19/08/2021. Credenciamento dos Representantes permanentemente abertos, através do site da Sabesp na Internet. O edital completo será disponibilizado a partir de 05/08/21, para consulta e download, no site da SABESP endereço acima. Problemas ou e-mail, contatar fone: (11) 3388-8984 - SP 05/08/21 - MM.

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

SÃO PAULO
SABESP

Publique seu balanço no Estação

JÁ PENSOU?

→ A credibilidade que a sua empresa procura, só um veículo com 146 anos de história pode dar.

- Líder em conteúdo de economia & negócios
- Os líderes e formadores de opinião leem o Estação diariamente.
- Veículo mais admirado de pais no meio jornal
- 146 anos de qualidade e credibilidade editorial
- Edições impressas de segunda a segunda

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2080

ESTÁDÃO
LATA REDAÇÃO E CIRCULAÇÃO

broadcast
MEDIAS DE PÓS-PAGAMENTO

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PULSAR COMUNICAÇÃO S.A. - RUA CARLOS DE CARVALHO, 150 - JARDIM PAULISTA - SÃO PAULO - SP - CEP: 05015-000 - FONE: (11) 3856-2080

presscenter

Com reajuste, Bolsa Família vai se chamar Auxílio Brasil

Bolsonaro diz que Petrobras terá fundo de R\$ 3 bilhões para distribuir botijões de gás a famílias beneficiárias do programa de transferência de renda

Por **Matheus Schuch e Fabio Murakawa** — De Brasília

05/08/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Jair Bolsonaro: país irá “voar na economia” com “volta à normalidade” — Foto: Isac Nóbrega/PR

O presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem que o programa social que será lançado pelo governo em substituição ao Bolsa Família se chamará Auxílio Brasil e terá no mínimo 50% de reajuste. O novo nome já era citado por interlocutores do presidente e foi anunciado durante a posse do novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, durante solenidade no Palácio do Planalto.

O reajuste do programa é visto como um movimento para melhorar a imagem do presidente com vistas à reeleição, especialmente na região Nordeste. O Bolsa Família é uma das principais marcas dos governos do PT e do ex-presidente Lula, que principal adversário de Bolsonaro em 2022.

PUBLICIDADE



Segundo apurou o **Valor**, a expectativa é que a MP com as diretrizes do novo programa seja enviada hoje ao Congresso. Ela não deve especificar em seu texto os

novos valores dos benefícios.

“Os mais pobres têm dificuldade enorme de sustento”, disse Bolsonaro, citando a aceleração da inflação. “Com o coração grande de Paulo Guedes [ministro da Economia] e sua equipe, o trabalho agora de Ciro e do João Roma [ministro da Cidadania], estamos aprofundando de modo que teremos o novo programa, Auxílio Brasil, de pelo menos 50% maior que o Bolsa Família. Eu falo 50% porque os outros 50% vou deixar para o Paulo Guedes anunciar”.

O impacto fiscal do reajuste tem sido alvo de crítica e preocupação entre economistas.

Mais cedo, o presidente já tinha abordado o assunto ao afirmar que o Bolsa Família será reajustado no mínimo para R\$ 300, embora “o ideal” fosse chegar a R\$ 400. Em entrevista à Rádio 96 Natal FM, do Rio Grande do Norte, reforçou que a Petrobras terá um fundo de R\$ 3 bilhões com objetivo de entregar um botijão de gás a cada dois meses a beneficiários do programa de transferência de renda.

“O Bolsa Família está em R\$ 192, vamos elevar no mínimo para R\$ 300, podendo chegar a R\$ 400”, explicou o presidente. “Houve inflação no mundo inteiro, no Brasil foi mais agravada ainda porque estamos com falta de água enorme.”

Questionado sobre a alta no preço do gás de cozinha, Bolsonaro argumentou que o preço do botijão é em torno de R\$ 45 na refinaria e que as reclamações sobre o preço final deveriam ser direcionadas a governadores. Também relatou que está “bem avançada” a proposta de garantir doação de gás a famílias de baixa renda.

“No meu entender, poderia ser no máximo R\$ 60 ou R\$ 65 o preço do botijão de gás, mas isso foge da minha alçada”, destacou, citando os impostos cobrados nos Estados, margem de lucro e custo de transporte. “A Petrobras terá um fundo de R\$ 3 bilhões para um vale-gás, a proposta está bem avançada. A ideia é dar um botijão de gás a cada dois meses para o pessoal do Bolsa Família”, acrescentou.

Sem entrar em detalhes sobre o arranjo econômico para expandir o investimento em programas sociais, Bolsonaro disse que em 2022, com a “volta à normalidade” após o período de pandemia, o país irá “voar na economia”.

Empresas vão à Justiça para garantir correção de restituições tributárias

Corrida leva em conta risco de o STF limitar efeitos de decisão sobre o tema

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

05/08/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Advogado Rômulo Coutinho: não há acréscimo patrimonial para justificar a tributação pelo IRPJ e CSLL — Foto: Divulgação

Empresas correram ao Judiciário para questionar a tributação de ganhos obtidos com a correção - pela taxa Selic - de depósitos judiciais ou restituições de tributos pagos a mais ou indevidamente. O motivo é o julgamento da questão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), previsto para a sessão de hoje, e o risco de modulação dos efeitos da decisão.

Os ministros vão definir se a Receita Federal pode exigir das empresas 34% de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre esses valores. A decisão do STF vai afetar todos os contribuintes com discussões judiciais, inclusive os que apuraram bilhões de reais em créditos com o desfecho da “tese do século”, que excluiu o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

PUBLICIDADE



A disputa é controvertida, com posições divergentes entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunais Regionais Federais (TRFs) - como o da 4ª Região, que abrange o Sul do país.

No fim de julho, uma rede de lojas de veículos obteve liminar favorável para não recolher o Imposto de Renda e a CSLL sobre a correção de créditos tributários

restituídos. Na decisão, o juiz Oscar Tomazoni, da 1ª Vara Federal de Londrina (PR), considerou que a tributação viola dispositivos da Constituição Federal.

Advogados apontam que a decisão é relevante pelos sinais trocados dos tribunais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em recurso repetitivo, pela incidência dos tributos (REsp 1138695). A Corte Especial do TRF da 4ª Região, por sua vez, declarou a exigência inconstitucional (incidente de arguição de inconstitucionalidade nº 5025380-97.2014.4.04.0000).

“Entendo que deve prevalecer o entendimento do TRF da 4ª Região, seja porque a Corte regional vem afastando a aplicação do entendimento do STJ com suporte em fundamento constitucional, seja porque o pleito da parte impetrante está calcado em fundamentos igualmente constitucionais”, afirma o juiz Tomazoni, ao conceder a liminar (processo nº 50165400320214047001).

A taxa Selic é composta pelos juros de mora e pela correção monetária. Pela interpretação favorável ao contribuinte, os desembargadores têm entendido que os juros de mora possuem natureza de indenização. A correção monetária, por sua vez, é uma recomposição do valor pela inflação.

“Não há acréscimo patrimonial, portanto, que justifique a tributação pelo Imposto de Renda e pela CSLL”, afirma o advogado Rômulo Coutinho, sócio do escritório Balera, Berbel e Mitne Advogados, que representa a rede de lojas de veículos.

Com a inclusão do tema na pauta do Supremo, segundo advogados tributaristas, clientes decidiram entrar com ações judiciais com receio de os ministros limitarem, por meio da modulação, os efeitos de eventual decisão favorável, como ocorreu no julgamento da “tese do século” e em outros litígios tributários.

Diante das recentes modulações, o advogado Daniel Ávila Thiers Vieira, do Locatelli Advogados, afirma que, atualmente, o movimento conservador é ingressar com ação judicial e não esperar o julgamento do STF para se posicionar. “O contencioso é necessário em termos de estratégia de defesa. É como o contribuinte se garante contra riscos”, afirma.

Citando a divergência nas decisões do STJ e do STF nas disputas sobre a tributação do terço de férias, da exclusão do ICMS no cálculo do PIS e da Cofins e da

Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), o tributarista acrescenta que os precedentes na área tributária dizem pouco. “E, em alguns casos, levam a decisões erradas que podem gerar prejuízo enorme.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

LINK PATROCINADO

Esse varal multifuncional vai revolucionar sua maneira de secar roupas

IVIRTUAL SHOP

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Parafusos velhos e danificados? Aqui a solução

BROCK REVOLUTION

Clique Aqui

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil

CHURRAS GRILL

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Adeus pneus murchos graças a essa invenção.

BOMBA SMART PRO

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir!

PRÓSTATA BRASIL

Clique Aqui

Mais do Valor Econômico

Glencore reverte prejuízo e tem lucro líquido de US\$ 1,28 bi no 1º semestre

FMI credita US\$ 15 bi ao Brasil em direito de saque

Maior alocação de DES da história do Fundo será convertido em reservas do Banco Central

Por Assis Moreira — De Genebra

05/08/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O Fundo Monetário Internacional (FMI) tornará efetiva no dia 23 a injeção de liquidez de US\$ 650 bilhões a seus países membros, na maior alocação de Direitos Especiais de Saque (DES) de sua história. Com isso, vai creditar ao Brasil US\$ 15,08 bilhões proximamente, equivalente à cota de 2,32% do país na instituição.

O dinheiro entrará na gestão que o Banco Central faz das reservas internacionais e reforçará sua capacidade de atuação.

O DES é um ativo de reserva internacional gratuito e incondicional dentro dos limites de cotas que cada país tem no FMI. Não pode ser usado para comprar coisas por conta própria. Mas pode ser vendido ou usado para pagamento a outros bancos centrais.

Com a injeção de liquidez de US\$ 650 bilhões, a expectativa é de que os países ricos “reciclem” parte dessa alocação adicional para ajudar países mais vulneráveis. Os EUA estão propondo para isso uma meta de US\$ 100 bilhões, mas os europeus, especialmente a Alemanha, não querem se comprometer com um valor.

O FMI já adotou medidas de flexibilidade para apoiar necessidades financeiras de países mais pobres durante a pandemia e na fase de retomada. Criou o “Poverty Reduction and Growth Trust”, visando aumentar em 45% financiamentos com taxa zero para países pobres que aplicam “políticas públicas sólidas e apresentam grande necessidade de financiamento de balanço de pagamentos”.

O **Valor** apurou que a discussão agora no FMI e no G-20 é sobre a criação de um “Trust Fund” para ajudar os países de renda média com mais dificuldades no balanço de pagamentos por conta da pandemia. Há grandes chances desse

mecanismo sair até outubro, mas não há ainda consenso sobre o tema, segundo fontes. O Brasil não teria acesso, em razão de suas elevadas reservas internacionais.

Indagado sobre a posição do Brasil, o secretário de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia, Erivaldo Gomes, afirmou: “A estabilidade financeira e a recuperação sustentável desse gigante ‘condomínio’ chamado América Latina e Caribe é uma das prioridades do Brasil nos foros econômicos internacionais, sobretudo no contexto da pandemia”. Para o secretário, “o melhor cenário é aquele em que superamos a crise junto com nossos parceiros mais próximos”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

LINK PATROCINADO

R\$ 65,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Esse varal multifuncional vai revolucionar sua maneira de secar roupas

IVIRTUAL SHOP

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil

CHURRAS GRILL

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

R\$ 65,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir!

PRÓSTATA BRASIL

Clique Aqui

Conteúdo Publicitário

Governo terá de explicar ao TCU cálculos da reforma administrativa

Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público tenta obter dados há quase um ano, sem sucesso

Por Fernando Exman e Raphael Di Cunto — De Brasília

05/08/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Tribunal de Contas da União (TCU) cobra do governo federal a divulgação dos estudos e metodologia de cálculo que fundamentaram as projeções de impacto fiscal da reforma administrativa. A resposta, que precisará ser apresentada em 15 dias a partir da notificação, será usada pelos parlamentares contrários à proposta com o objetivo de suspender a sua tramitação ou até embasar novas ações na Justiça.

“Autorizo realizar diligência à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Economia para que, no prazo de 15 dias, encaminhem a este Tribunal, ou conceda acesso por via eletrônica, os estudos contendo a metodologia de cálculo que fundamentem a projeção de redução de gastos públicos, no longo prazo, da ordem de R\$ 300 bilhões a R\$ 816 bilhões, em caso de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição número 32/2020”, disse em sua decisão o ministro do TCU Raimundo Carreiro.



A PEC foi enviada ao Congresso em setembro do ano passado. Desde então, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) tem buscado tais informações. Primeiro, solicitou ao Ministério da Economia via Lei de Acesso à Informação e depois acionou o Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo que a tramitação da reforma fosse paralisada até que o Parlamento tivesse elementos suficientes para apreciá-la. Sem sucesso.

Na sequência, o governo disponibilizou uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o que não foi considerado satisfatório pela frente parlamentar. O grupo decidiu, então, fazer a representação ao TCU. “O Congresso não pode tomar uma decisão baseada nesta falta de informações”, afirmou ao **Valor** o deputado Israel Batista (PV-DF), presidente da frente parlamentar.

A Câmara também cobra do governo mais informações e enviou um requerimento na terça-feira pedindo os estudos sobre o impacto fiscal. Autor deste pedido e favorável à PEC, o deputado Kim Kataguirí (DEM-SP) diz que especialistas apontaram o risco de aumento desenfreado dos gastos com a substituição de servidores por funcionários terceirizados. Guedes tem 30 dias para responder.

Procurada, a Casa Civil afirmou que a divulgação caberia ao Ministério da Economia. A pasta não comentou o assunto até o fechamento desta edição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília (UnB), trabalha no Valor desde a sua fundação.

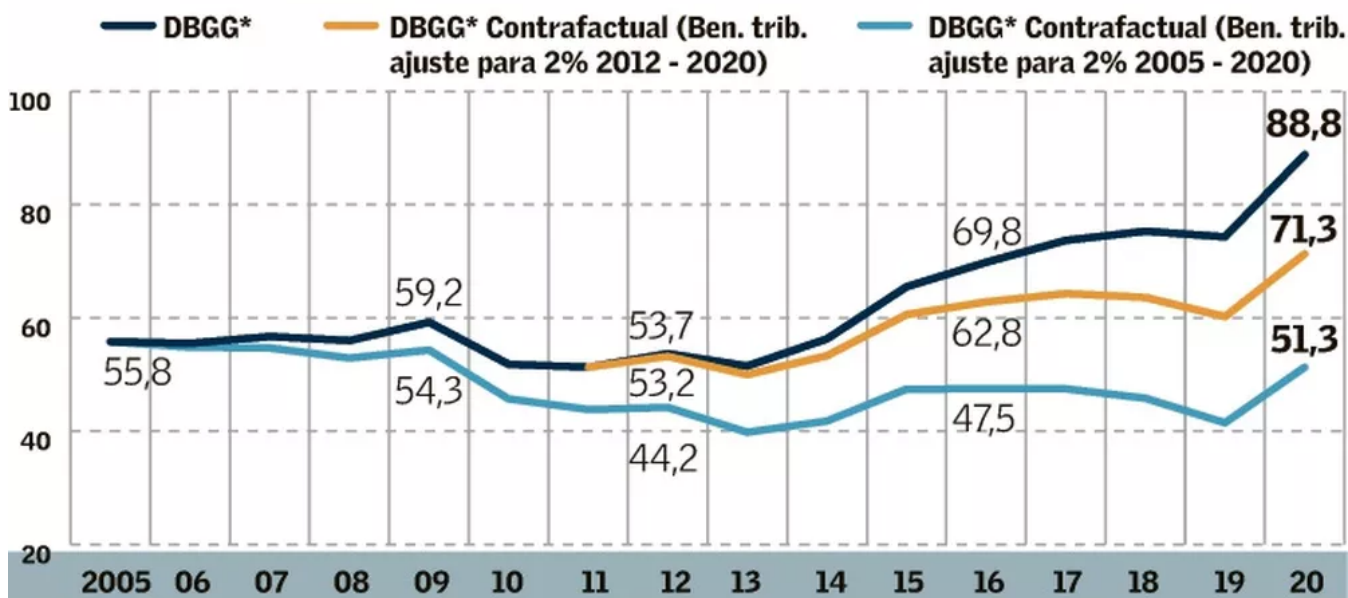
O insustentável peso dos privilégios

A realidade é imperiosa e começa pelo fato de que o que se chama de mercado, na verdade, somos nós, titulares de contas em bancos

05/08/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O Custo dos "Privilégios"

Impactos dos benefícios tributários na dívida pública - em % PIB



Fonte: Realizado, BCB. Contrafactual: STN/SETO/ME. *DBGG: Dívida Bruta do Governo Geral

Há um consenso no debate nacional de que a economia brasileira padece de grave desequilíbrio fiscal, uma vez que o Estado, considerando-se todos os entes da Federação, gasta muito mais do que arrecada. Quando isso acontece, e no caso deste país a que se chama de Brasil o déficit das finanças públicas é estrutural, a dívida pública não para de crescer e, se a tendência não muda em algum momento, o prêmio (a taxa de juros) cobrado pelo mercado para financiar o governo escala às alturas, provocando três efeitos indigestos. Ei-los:

1- A disponibilidade de poupança para financiar o setor privado, verdadeiro responsável pelo crescimento da economia, diminui de forma acentuada, tornando elevado o custo do crédito; esta é o efeito direto entre indisciplina fiscal dos governos e o funcionamento de uma economia de mercado; é preciso lembrar ainda que, diante do aumento constante do déficit público, os governantes sobem os tributos, em vez de cortar despesas porque, geralmente, é mais fácil obter apoio político para aprovar “maldades” (alta da impostos) do que cortar “bondades” (gastos públicos que beneficiam setores específicos da sociedade; a combinação de juros altos e elevação constante da carga tributária desagua em aumento da informalidade, queda do investimento privado, baixa produtividade e, portanto, redução do potencial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);

PUBLICIDADE



Dívida seria quase a metade com controle de benefícios

2 - O crescimento permanente do estoque e dos juros da dívida faz com que esse item da despesa ocupe fatia cada vez maior do orçamento público, ensejando na sociedade ideias estapafúrdias, como a de que os juros no Brasil são altos porque os diretores do Banco Central (BC) são intrinsecamente malvados, senão, estão a serviço de rentistas, pessoas absolutamente sem caráter, cujo único interesse é tirar proveito da imensa população pobre deste território; o mercado, nesse raciocínio, é integrado por banqueiros sem coração que se reúnem com seus pares, na surdina, para decidir a taxa de juros que o Comitê de Política Monetária anuncia a cada 45 dias.

3 - Com o tempo, cresce no mercado a expectativa de que, em algum momento, o governo dará calote no pagamento da dívida, uma vez que não haverá carga tributária que consiga cobrir o tamanho do débito e dos juros crescentes, pagos para a rolagem permanente dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

A realidade é imperiosa e começa pelo fato de que o que se chama de mercado, na verdade, somos nós, titulares de contas em bancos. Quem compra títulos emitidos pelo governo são, além de tesoureiros das instituições financeiras, gestores de recursos e fortunas, fundos de pensão, seguradoras e investidores estrangeiros, é todo cidadão que, vivendo sob um regime democrático de direito e uma economia de mercado, precisa poupar para sua aposentadoria ou para custear os estudos de um filho ou para comprar um imóvel, pagar o tratamento de uma doença grave de um ente querido etc. A rigor, os atores citados anteriormente são intermediários desse processo.

Rentistas são figuras, de fato, antipáticas. Mas, se eles existem aos baldes no Brasil, é porque aqui os governos aqui não têm vontade de política nem coragem para desalojar grupos que vivem à sombra do Estado ou são tão perdulários na gestão da coisa pública.

O problema fiscal é antigo, mas, como se sabe, só começou a ser enfrentado com seriedade no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, surpreendeu ao dar sequência ao ajuste iniciado quatro anos antes, embora, no segundo mandato (2007-2010), tenha optado por estratégia que combinava aumento simultâneo de despesas e receitas, equação que, em algum momento, mostrar-se-ia insustentável, dado o fato de que há limite para a evolução da carga de impostos.

Durante o período de inflação crônica, entre meados da década de 1970 e julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real, o desequilíbrio fiscal já existia e era a principal fonte do processo inflacionário. O setor público que emitia moeda para financiar despesas correntes e investimentos era o mesmo que usava o poder corrosivo da inflação para reduzir, em termos reais, o valor dos gastos públicos. Desta maneira, "equilibrava" as contas às custas de uma conta amarga paga, principalmente, pelos pobres, que não tinham como se proteger da permanente perda do poder de compra da moeda nacional.

Com a queda brusca dos índices de preços desde de 1994, a poeira inflacionária baixou e, assim, o gasto público real emergiu. Depois de se chegar ao consenso de que era necessário enfrentar o problema nas gestões FHC e Lula, o governo seguinte, de Dilma Roussef, pôs tudo a perder. Assim, déficit e dívida voltaram a crescer, atingindo níveis recordes e perigosos.

No fim do ano passado, a Dívida Bruta do Governo Geral chegou a 88% do PIB. Em audiência virtual na Câmara dos Deputados, o subsecretário do Tesouro Nacional, Octávio Ladeira, mostrou que a evolução da dívida pública teria sido muito menos intensa se os governos, desde 2005, não tivessem concedido tantos benefícios tributários a grupos de interesse específica (ver tabela). Alguém ainda tem alguma dúvida de que o Brasil tem dono e do porquê de a população pobre, a maioria, não ter a menor chance de se emancipar?

Cristiano Romero é diretor-adjunto de redação e escreve às quintas-feiras
E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

Baixe todas as as NFes emitidas contra sua empresa de Salvador automaticamente!

ARQUIVEI

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

LINK PATROCINADO

Para empresários, reforma do IR barra investimento

Entidades apontam problemas em mudanças feitas pelo relator na proposta

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto — De Brasília

05/08/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A nova versão do relatório da reforma do Imposto de Renda tem resistências de entidades do setor empresarial, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Em nota, a CNI pede que o texto não seja apreciado diretamente em plenário. O plenário da Câmara, entretant, aprovou horas depois o requerimento de urgência para a proposta.

PUBLICIDADE

A entidade empresarial afirma que, embora seja correta a ideia de tributar dividendos, é preciso recalibrar as alíquotas.

De acordo com a CNI, no desenho atual, há aumento de carga para as empresas. A entidade também se posicionou contra a extinção dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

. “É inaceitável imaginar que o empresário vai fazer um investimento sem saber qual a tributação que ele estará sujeito no futuro. A redução da alíquota do IRPJ para 20% deve ocorrer de forma incondicional independentemente do comportamento da arrecadação futura de imposto de renda”, diz a nota..

Já a Abrasca foi enfática em dizer que o terceiro relatório “não atingirá os objetivos estabelecidos de neutralidade arrecadatória, incentivo à retomada do desenvolvimento, promoção do investimento, geração de emprego nem de simplificação”.

A associação ataca ainda a incerteza em torno da alíquota do IRPJ. “É um agravante importante da incerteza que permeia o sistema tributário brasileiro, já considerado caótico e de carga elevada. Os impostos são um fator básico para o cálculo do retorno dos investimentos. A inclusão desse dispositivo, que não constava do projeto de lei original nem da primeira versão do substitutivo do relator, é fonte de grande preocupação para o setor produtivo”, diz a entidade empresarial, que também se alinha com a CNI na crítica à cobrança de IR sobre dividendos anteriores a 2022 e ao fim do JCP.

Também desagradou a Abrasca “a manutenção de alíquotas distintas de Imposto de Renda na fonte entre aplicações de renda fixa e renda variável, bem como a grande complexidade inerente a várias alterações propostas”.

Especialista no tema, o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório do mesmo nome, aponta que o novo substitutivo traz muitas alterações e precisa ser mais discutido antes de ser votado. “A nova versão do substitutivo realmente alterou muita coisa, de forma que a ideia de aprovação essa semana parece de todo açodada. O texto precisa ser maturado”, disse, apontado ainda problemas como a

falta de dados confiáveis sobre a arrecadação. “A cada hora a Receita canta um número diferente, parece um bingo”, criticou.

Ele também ressaltou o problema da incerteza em torno da alíquota do IRPJ, no qual vê afronta ao princípio constitucional da legalidade. “A alíquota tem que estar expressamente prevista na lei por uma questão elementar de segurança jurídica e previsibilidade. Imagina um investidor estrangeiro comparando cenários de tributação antes de tomar uma decisão de investimento. Vai olhar para o Brasil e não conseguirá sequer saber qual a carga aqui. Isso é impensável”, disse o advogado. Ele acredita que o tema pode parar no Judiciário.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Monalisa Perrone revela o motivo do seu divórcio

REVISTA GLAMUR

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

LINK PATROCINADO

Esse varal multifuncional vai revolucionar sua maneira de secar roupas

IVIRTUAL SHOP

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Cientistas revelam como figuras famosas realmente eram

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil

CHURRAS GRILL

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

O que você vê nesta imagem diz muito de você

EQUITY MIRROR

Conteúdo Publicitário

Petrobras lucra R\$ 42 bilhões e antecipa dividendos

Estatual está próxima de atingir a sua meta de redução da dívida bruta para US\$ 60 bilhões

Por André Ramalho, Gabriela Ruddy e Rodrigo Rocha — Do Rio e de São Paulo

05/08/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Em meio à valorização do petróleo e ao aumento das vendas, a Petrobras fechou o segundo trimestre com um lucro líquido de R\$ 42,855 bilhões, revertendo o prejuízo de R\$ 2,7 bilhões registrado em igual período do ano passado. Próxima de atingir a sua meta de redução da dívida bruta para US\$ 60 bilhões e, assim, destravar a nova fórmula de distribuição de dividendos, a companhia anunciou ontem que antecipará o pagamento de R\$ 31,6 bilhões aos acionistas, relativos ao exercício de 2021. O valor, em dólares (US\$ 6 bilhões), é quase o triplo da média de dividendos pagos nos últimos três anos, de US\$ 2,2 bilhões.

A União, como acionista controladora, será a maior beneficiada e receberá R\$ 11,6 bilhões do total antecipado. A previsão, segundo a empresa, é que o montante pago ao Tesouro atinja R\$ 15,4 bilhões ao fim do ano.



A antecipação de receitas abre espaço para que o governo financie seus programas sociais, num momento em que o governo acena para novos programas sociais. Ontem, Jair Bolsonaro voltou a comentar sobre a intenção de subsidiar os preços do gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido popularmente como “gás de cozinha”.

O presidente da República afirmou que está “bem avançada” a proposta de conceder um “vale-gás” para famílias de baixa renda. Bolsonaro reiterou que a Petrobras conta com um fundo de R\$ 3 bilhões, com objetivo de entregar um botijão a cada dois meses aos beneficiários do Bolsa Família. Pelo estatuto da estatal, a companhia pode ser usada para praticar subsídios, desde que ressarcida por isso.

A empresa negou, na semana passada, “qualquer definição” sobre a implementação de eventuais programas sociais do tipo. Em nota, publicada no dia 31 de julho, a Petrobras reforçou que segue adotando preços de venda em equilíbrio com os mercados competidores e que, “sensível ao impacto social do gás de cozinha”, contribui ativamente nas discussões no âmbito do Ministério de Minas e Energia quanto a eventuais programas voltados às famílias vulneráveis.

Ao comentar os resultados do segundo trimestre, o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, escreveu que a empresa se ampara em decisões “absolutamente técnicas”. Segundo a petroleira, a antecipação dos dividendos considera as perspectivas positivas de resultado e geração de caixa para o ano e é “compatível com a sustentabilidade financeira” da estatal.

A Petrobras pagará o valor em duas parcelas: R\$ 21 bilhões em 25 de agosto e R\$ 10,6 bilhões em dezembro. Segundo uma fonte da estatal, não há correlação entre a antecipação e o desejo do governo de lançar programas sociais. “Foi tecnicamente uma decisão correta do ponto de vista financeiro. Empresa gera valor distribuindo caixa.”

Com uma forte geração de caixa, a companhia cortou em US\$ 7 bilhões a sua dívida bruta no segundo trimestre, para US\$ 64 bilhões - patamar abaixo da meta para 2021, de US\$ 67 bilhões.

“Essa redução representa um passo importante na nossa trajetória de desalavancagem. Mantido esse ritmo, poderemos alcançar nossa meta de US\$ 60 bilhões de dívida bruta ao final de 2021”, afirmou ontem o diretor financeiro da Petrobras, Rodrigo Araújo, em mensagem gravada aos acionistas.

A meta, esperada inicialmente para 2022, funcionará como gatilho para início da vigência da nova fórmula de remuneração aos acionistas - que, na prática, implicará numa distribuição de dividendos maior que a média histórica.

O resultado do segundo trimestre, divulgado pela companhia ontem, apresentou fortes indicadores financeiros. Os ganhos cambiais impactaram positivamente no resultado financeiro líquido, que passou de R\$ 12,3 bilhões negativos para R\$ 10,78 bilhões positivos na comparação anual.

As receitas, por sua vez, subiram 117,5%, para R\$ 110,71 bilhões, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) aumentou 147,9%, para R\$ 61,94 bilhões, na comparação entre o segundo trimestre de 2021 e igual período de 2020.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Baixe todas as as NFes emitidas contra sua empresa de Salvador automaticamente!

ARQUIVEI

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

LINK PATROCINADO

R\$ 65,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

Projeto que muda IR será votado em regime de urgência

Maior preocupação de líderes é a de preservar Estados e municípios

Por Raphael Di Cunto e Fabio Graner — De Brasília

05/08/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 278 votos a 158, requerimento de urgência para o projeto de lei de reforma do imposto de renda. Com isso, o parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) pode ser discutido direto no plenário, sem passar pelas comissões, mas parte dos líderes fez a ressalva de que o texto ainda “não está maduro”.

Líder do MDB na Câmara, o deputado Isnaldo Bulhões (AL) afirmou que existem questões fundamentais que precisam ser discutidas antes de votar o projeto. “Um dos pontos é garantir que estados e municípios não terão impacto direto. O relator já avançou numa compensação, mas ainda não há o entendimento de que é suficiente”, afirmou.

PUBLICIDADE



Governadores e prefeitos questionam os cálculos do relator e afirmam que os cortes promovidos pelo relator no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que cairia de 25% para 12,5% em dois anos, aliado à correção da tabela para as pessoas físicas, levará a um rombo na arrecadação de Estados e municípios. Nas contas iniciais, a perda de receita ficaria na ordem de R\$ 30 bilhões por ano, mas diversas

mudanças ocorreram depois e não foram divulgadas novas estimativas pelo relator ou governo.

Cidadania e PSDB votaram a favor da urgência, mas alertaram que havia divergências em relação ao mérito. O PSD liberou a bancada. Já o PV, que costuma votar com o governo na pauta econômica, se manifestou contra a urgência. “Tem duas dimensões votar um requerimento de urgência. Um é de que o tema da reforma tributária é urgente. A segunda dimensão é já ter o texto maturado, e não é o caso. A cada dia temos informação de uma mudança nova feita”, disse o líder do PV, Enrico Misasi (SP).

Sabino continua a fazer ajustes no texto e ontem decidiu manter parte dos incentivos tributários das indústrias farmacêutica, de cosméticos e higiene. Após reuniões com os setores, ele aceitou manter a alíquota monofásica do PIS e Cofins, uma espécie de substituição tributária (em que o imposto é recolhido em apenas uma etapa da cadeia), mas pretende continuar a propor no parecer o fim do crédito presumido para esses setores. A medida, de R\$ 11,6 bilhões, compensará parte do corte no IRPJ.

O relator mudou o discurso sobre o projeto e agora diz que o parecer, com novas medidas de arrecadação como a criação de uma alíquota adicional de 1,5% na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), será “neutro”, sem perdas nem ganho de receita. “Vamos garantir que não terá um milímetro de rombo fiscal”, disse.

Os partidos de oposição e o Novo também votaram contra a urgência. Para eles, é preciso ajustes para evitar distorções. Mas, mesmo na oposição, não está descartado votar a favor do texto principal, embora emendas sejam feitas ao parecer. Para os partidos de esquerda, a correção da tabela para as pessoas físicas e a tributação dos dividendos das empresas são importantes.

A oposição também elogia a decisão de extinguir os “juros sobre capital próprio”, mecanismo usado pelas grandes empresas para remunerar seus acionistas e reduzir o imposto de renda a ser pago, e recuar no fim do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e na cobrança de imposto sobre o auxílio-transporte dos servidores públicos.

STF julgará discussão bilionária sobre ISS


Ministros definirão se imposto municipal pode ser excluído do cálculo do PIS e da Cofins

Por Joice Bacelo — Do Rio

05/08/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu retomar o julgamento de uma questão que pode custar R\$ 32,3 bilhões à União em caso de derrota. Trata-se da exclusão do ISS do cálculo do PIS e da Cofins, uma das principais “teses filhotes” da retirada do ICMS da base das contribuições sociais - a chamada “tese do século”.

O tema foi incluído para julgamento, no Plenário Virtual, entre os dias 20 e 27 deste mês. Já há um voto a favor dos contribuintes. Foi proferido pelo relator, o ministro Celso de Mello, quando as discussões tiveram início, em agosto do ano passado. A análise do caso foi interrompida, naquela ocasião, por um pedido de vista de Dias Toffoli.




SAMSUNG Neo QLED 8K

Design revolucionário que elimina distrações

Neo QLED 8K

[Visite o site](#)

 Samsung - Sponsored

The advertisement features a Samsung Neo QLED 8K television standing on a thin, black, adjustable stand. The background is dark with a subtle light gradient. The text is in white, with the Samsung logo and 'Neo QLED 8K' in the top corners. The main headline is 'Design revolucionário que elimina distrações'. Below the image, the product name 'Neo QLED 8K' is repeated, followed by a 'Visite o site' link and a 'Samsung - Sponsored' logo.

Outros nove ministros, além de Toffoli, ainda vão se posicionar. Nunes Marques, o substituto de Celso de Mello (aposentado), é o único sem poder de voto. Isso por já haver, no processo, a manifestação do relator.

As chamadas “teses filhotes” ganharam corpo com a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Os contribuintes, a partir dessa decisão, passaram a defender que o mesmo entendimento deveria ser aplicado para discussões semelhantes envolvendo outros tributos.

Duas já foram julgadas pelo STF e, em ambos os casos, os contribuintes não conseguiram convencer os ministros. Tratavam sobre a exclusão do ISS e do ICMS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Os ministros descolaram esses casos da “tese do século”. Classificaram a CPRB como benefício fiscal e, sendo assim, afirmaram, se mexessem no cálculo - provocando redução de tributo - o ampliariam demais (RE 1187264 e RE 1285845).

Para advogados, no entanto, essa argumentação não se aplica aos casos envolvendo PIS e Cofins. A única diferença entre a exclusão do ISS - que está, agora, em pauta - e a “tese do século”, dizem, é que um envolve imposto municipal e o outro imposto estadual.

Celso de Mello, o relator do caso, entendeu dessa forma ao votar a favor dos contribuintes. Ele afirmou, em seu voto, que os fundamentos que deram suporte à “tese do século” são “inteiramente” aplicáveis ao julgamento atual (RE 592616).

“O valor arrecadado a título de ISS, por não se incorporar, definitivamente, ao patrimônio do contribuinte, não integra a base de cálculo das contribuições sociais referentes ao PIS e à Cofins, notadamente porque a parcela correspondente ao recolhimento do ISS não se reveste nem tem a natureza de receita ou de faturamento, qualificando-se, ao contrário, como simples ingresso financeiro que meramente transita pelo patrimônio e pela contabilidade do contribuinte”, disse.

Advogados também estão atentos à possível modulação de efeitos a esse caso - se prevalecer o voto de Celso de Mello. Isso porque, ao concluírem a “tese do século”, no mês de maio, os ministros optaram por restringir a devolução dos valores que foram pagos a mais ao governo no passado.

“Embora os argumentos sejam os mesmos, trata-se de novo tema de repercussão geral. Não se pode emprestar uma modulação de efeitos aplicada em outro julgamento”, diz Luis Augusto Gomes, do Silva Gomes Advogados.

Já há, no entanto, decisões de Tribunais Regionais Federais (TRF) nesse sentido, ou seja, para aplicar a modulação do ICMS ao ISS. Foram proferidas pelo TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, e da 2ª Região, no Rio de Janeiro.

A questão também chama a atenção pelo impacto nos cofres da União. Com uma decisão contrária, a arrecadação seria reduzida em R\$ 6,1 bilhões, segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). E poderia alcançar R\$ 32,3 bilhões se o governo federal tiver que devolver os valores que foram pagos pelos contribuintes nos últimos cinco anos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

Transações tributárias ajudaram a elevar emprego formal, aponta SPE

Estudo calcula participação dos acordos sobre dívidas com impostos na manutenção da ocupação do mercado de trabalho

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

05/08/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Criadas em 2019, as transações tributárias contribuíram para elevar os empregos formais em 25% a 27% no ano passado, estima nota técnica divulgada ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia. São aproximadamente 28 mil vagas. O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) impactou em cerca de 15% no aumento do emprego, perto de 21 mil vagas.

“Estamos olhando para algo pouco explorado, que é o efeito das políticas de mitigação da crise sobre variáveis reais - no caso, o emprego”, disse ao **Valor** o subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia, Erik Figueiredo, a respeito da nota técnica intitulada “Transação Tributária e o Enfrentamento da Pandemia: Efeitos sobre o Emprego”.

O ponto de partida é o fato de o emprego formal haver chegado ao final de 2020 com um saldo positivo de 142.690 novas vagas, em plena pandemia. O objetivo é explicar de que forma a atuação do governo influenciou esse resultado.

Um estudo elaborado pelo Banco Central já havia apontado para a contribuição do auxílio emergencial e das medidas de estímulo ao crédito adotadas no ano passado para o emprego. O trabalho da SPE adiciona a análise do impacto de duas outras medidas contra os efeitos econômicos da pandemia: as transações e o BEm.

Transações são acordos nos quais os contribuintes recebem desconto e parcelamento de pendências com o Fisco, após encerrarem em definitivo a discussão dessas cobranças na Justiça ou na esfera administrativa. Desde a regulamentação desse instrumento, já foram celebrados perto de 300 mil acordos envolvendo perto de R\$ 100 bilhões em dívidas.

“A transação inaugurou uma nova fase na relação entre o Fisco e os contribuintes”, disse o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano. “O intuito é o de que haja uma ação permanente que viabilize os contribuintes mais fragilizados a regularizar sua situação fiscal e quitar suas dívidas em condições diferenciadas.”

Os acordos de transação se concentraram em setores intensivos de mão de obra, comentou Erik. No setor de construção civil responde por 7,7% dos acordos celebrados, enquanto a indústria de transformação concentra 26%.

Com isso, as empresas ganharam fôlego. “Em vez de pegar um recurso escasso para quitar dívidas com o governo, elas puderam suavizar esses pagamentos”, disse o secretário. Com isso, puderam abrir novas vagas. Da mesma forma, o BEm preservou o emprego e gerou um efeito secundário de permitir a abertura de novas vagas, disse.

Os cálculos da SPE confirmam as conclusões do Banco Central, de que o auxílio emergencial e as medidas de crédito foram as principais responsáveis pelo bom desempenho do mercado de trabalho, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. As transações e o BEm igualmente tiveram maior impacto nessas duas regiões.

O estudo calcula o efeito do isolamento social sobre o emprego formal: queda de 11%. Se as transações não tivessem sido realizadas, o impacto passaria para 23% negativos. Sem o BEm, a queda seria de 32%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

Fundo para precatórios será “fatiado” entre as dívidas

Serão destinados 20% para auxílios e 20% para quitar débitos; o restante pagará outras pendências do governo

Por Edna Simão — De Brasília

05/08/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento do pagamento de precatórios prevê que o fundo a ser criado com receitas de privatização, venda de imóveis e dividendos líquidos repasse 20% dos recursos para famílias pobres e outros 20% para pagamento de dívidas parceladas do precatório, fora do teto de gasto. O restante do dinheiro será utilizado para quitação de outras dívidas.

Segundo interlocutor do governo ligado às negociações, a PEC deve estabelecer ainda a destinação temporária, até 2029, de 2,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União para pagamento de precatórios. O valor equivale a média dos últimos cinco anos e hoje corresponderia a cerca de R\$ 50 bilhões.

Para Leonardo Ribeiro, especialista em contas públicas e analista do Senado, a PEC, como vem sendo aventada, “marca a volta das pedaladas fiscais”. Para ele, a proposta tem vários problemas pois flexibiliza o teto de gastos de “maneira irresponsável” ao permitir o custeio de despesas correntes com recursos provenientes de privatização e venda de ativos. Além disso, limita o pagamento de precatórios, sinalizando que o governo não vai honrar dívidas junto a credores beneficiados por sentenças judiciais.

Já a consultora econômica Zeina Latif disse que mudou o regime fiscal do país. “O papel do teto de gerar previsibilidade para a política fiscal foi embora”. Para ela, “não se justifica” vincular as receitas, como os Estados, para pagar precatórios. Além disso, ela ressalta que as receitas com privatização deveriam ser usadas para reduzir dívida e não para gasto corrente. “Não é boa prática”, afirmou a consultora.

A intenção do governo com a PEC é pagar os pequenos valores de precatórios (até 66 mil) à vista, mas com a fixação de uma destinação de 2,6% da RCL para essa finalidade, esse benefício será ampliado para quem tem a receber até R\$ 450 mil no ano que vem. Esse valor intermediário (R\$ 450 mil) é variável, ou seja, mudará a cada ano dependendo do comportamento das receitas. A partir desse valor, o débito seria parcelado (entrada de 15% mais nove vezes). Além dessa possibilidade, haverá uma regra permanente para precatórios superiores a R\$ 66 milhões que poderão ser pagos ao longo de 10 anos - também com entrada de 15% mais nove parcelas.

O parcelamento permanente, segundo técnico ouvido pelo **Valor**, é uma modernização da regra que já existe na Constituição Federal. “Ao invés de ser 15% do valor total, eu parcelo precatórios acima de 1000 RPs [requisições de baixo valor]. A regra hoje é inócua, dado o volume que chegou os precatórios”, explicou. Cada requisição de baixo valor corresponde a 60 salários mínimos. No ano passado, o governo tentou na PEC Emergencial estabelecer um percentual fixo da RCL para pagamento de precatórios, mas devido à resistência esse trecho foi retirado do texto. Ainda deve estar na PEC a previsão de encontro de contas: precatório com dívida ativa de pessoas físicas e empresas e precatório de entes com dívida de entes.

Dos R\$ 90 bilhões previstos de gasto com precatórios em 2022, uma parte significativa se refere a processos judiciais relacionados Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). São devidos pela União quase R\$ 16 bilhões para os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Essa despesa pode subir em R\$ 35 bilhões nos próximos anos porque outros Estados devem requerer o mesmo direito na Justiça.

Tanto a PEC dos Precatórios quanto a MP do Bolsa Família já estão prontos e a expectativa era de que fossem enviados nesta quarta-feira ao Congresso Nacional. Segundo integrantes do governo, não há solução para o orçamento sem a aprovação da PEC dos Precatórios. “Não há plano B”, disse interlocutor do governo.

Isso porque, a alternativa seria estourar o teto de gasto. A avaliação é de que a proposta não é um calote e que vai dar previsibilidade para os pagamentos dos precatórios no futuro. Na terça-feira, a declaração do ministro Paulo Guedes de que deve e não nega e que paga assim que puder acabou mexendo com o mercado devido o aumento do risco fiscal.

Membro do governo acredita que os recursos do fundo dos precatórios para as famílias mais pobres poderão elevar o benefício do Bolsa Família, mas tudo dependerá da PEC e dos recursos que serão destinados. A medida também pode ajudar politicamente a acelerar a aprovação de privatizações, que dinheiro vá para o fundo.

Segundo fontes do governo, a MP do Bolsa Família turbinado - que agrega um pacote de medidas na área social e receberá o nome de Auxílio Brasil - não vai prever um valor de benefício. Para interlocutores do governo, seria possível pagar um benefício médio entre R\$ 270 e R\$ 300, o que representaria um custo de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões, sem descumprir o teto de gasto. O entendimento de não é possível pagar um benefício de R\$ 400, apesar do desejo do presidente Jair Bolsonaro diante da queda de popularidade.

Membro do governo avalia ainda que não haverá tempo suficiente para inserir o impacto da permissão de parcelamentos de precatórios na proposta de orçamento de 2022, que precisa ser entregue ao Congresso até o fim do mês. Portanto, a equipe econômica deve encaminhar uma proposta sem a previsão de aumento do Bolsa Família e com o pagamento integral dos precatórios. Quando a PEC for aprovada, haverá o ajuste na proposta orçamentária. Isso vai acontecer porque a equipe econômica não pode incluir no texto da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) uma medida ainda pendente de aprovação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

R\$ 65,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Esse varal multifuncional vai revolucionar sua maneira de secar roupas